



LASA

Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

NÚMERO 24 – INVERNO 2024



Conventinho da Arrábida

Desenho de Alberto Pereira

**3 FICHA TÉCNICA****EDITORIAL**

4 e 5 Património e Participação Cidadã - Joaquina Soares

MIRADOURO

6 Menino Jesus - Salvador Peres

COISAS DE SETÚBAL E AZEITÃO

7 e 8 Concurso de Poesia Manuel Maria Barbosa du Bocage (Breve Historial) - Maria Helena Mattos

9 e 10 A Sede da LASA em casa do Visconde - Pedro Fernandes

11 a 13 Arrábida e imagens da sua espiritualidade - João Reis Ribeiro

14 Estuário do Sado e a Importância Nutricional do Seu Pescado (nota) – Isabel Melo

15 Estuário do Sado e a Importância Nutricional do Seu Pescado - Narcisa Bandarra

16 a 19 José Nunes Correia: o Pintor e a Inquisição - António Cunha Bento

20 e 21 Habitação rima com Revolução - Jaime Pinho

PARA UMA ANTOLOGIA DA REGIÃO DE SETÚBAL

22 a 24 Laffi, o peregrino que passou em Setúbal - João Reis Ribeiro

PARA A HISTÓRIA DE SETÚBAL

25 e 26 Episódios da resistência clandestina em Setúbal (IX-X) - Diogo Ferreira

(IX – O jovem sadino que não sabia ler)

(X – A posse de arma ilícita e um processo em aberto)

SER POETA

27 Ana Wiesenberger: poesia feita voz - João Reis Ribeiro

28 Quando eu tiver frio - Ana Wiesenberger

29 Ser poeta em época de Natal - Isabel Melo

CRÓNICA

30 e 31 Vamos aos figos! - J. Sanchez Antunes

NOTÍCIAS LASA

32 Reabertura do Museu de Setúbal e requalificação do Convento de Jesus (nota introdutória)

33 a 35 Um dia tão importante para Setúbal e para o país (Discurso do Presidente da Câmara de Setúbal André Martins)

36 O Restauro do Convento de Jesus e a reabertura do Museu de Setúbal - Francisco Borba

37 a 39 50 anos depois... Outras Primaveras - Luís Raposo

40 e 41 69 anos ao serviço da comunidade - Maria Helena Mattos

42 e 43 Intervenção Arqueológica no Complexo Romano de Salgas e Molhos de Peixe - Joaquina Soares

44 Falecimento do Arqueólogo Victor dos Santos Gonçalves

45 Visita Guiada a Antigos Bairros e Barracas

46 e 47 **EDIÇÕES LASA**

48 **ÚLTIMA PÁGINA**



Revista LASA

Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

N.º 24 - Inverno 2024

Coordenação Editorial:

Salvador Peres e João Reis Ribeiro

Equipa Editorial:

António Cunha Bento, Isabel Melo, Alberto Pereira,

Eduardo Carqueijeiro e João Coelho

Colaboram nesta edição:

Ana Wiesenberger, André Martins, António Cunha Bento, Francisco Borba, Diogo Ferreira,
J. Sanchez Antunes, Jaime Pinho, João Reis Ribeiro, Joaquina Sores, Isabel Melo, Luís Raposo,
Maria Helena Mattos, Narcisa Bandarra, Pedro Fernandes e Salvador Peres

Imagens de:

Ana Wiesenberger, António Cunha Bento, Francisco Borba, Diogo Ferreira,
Jaime Pinho, João Reis Ribeiro, Joaquina Sores, Isabel Melo,
Maria Helena Mattos e Salvador Peres

Contactos

Sede Social: Praça de Bocage, 48 – 2.º Esq.º, 2900-276 Setúbal

Telefone: +351 265 235 000

Email: lasasetubal@gmail.com

Sítio internet: www.lasa.pt

Imagem de capa

Conventinho da Arrábida - Desenho de Alberto Pereira

Imagens da Última Página

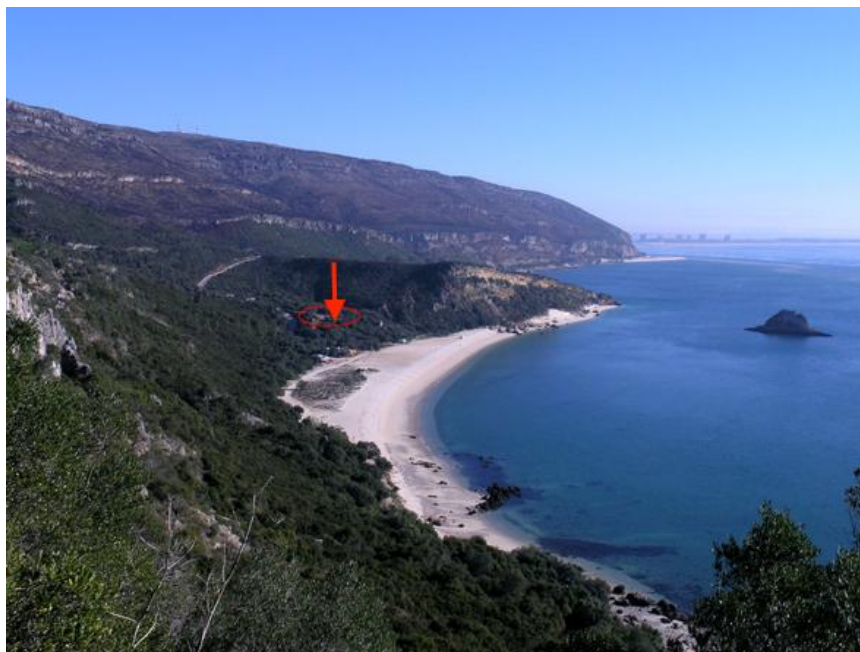
Fototeca Google



Património e Participação Cidadã

O Património é para os Humanos a prova da possibilidade do seu Futuro.

Por Joaquina Soares *



Localização do estabelecimento romano de salgas de peixe do Creiro, Arrábida

Neste Outono de muito descontentamento e de evidente desregulação geopolítica global, as escavações arqueológicas no coração da Serra da Arrábida, integradas no *Projecto Arq-Arrábida* abriram-nos uma inesperada passagem para outras realidades, consubstanciadas no cruzamento do excepcional património natural da nossa cordilheira, com o Passado avistado no Creiro a dois mil anos de distância e a palavra genuinamente poética de Frei Agostinho da Cruz a Sebastião da Gama. Esta interacção de patrimónios, materializada na paisagem, que tivemos o privilégio de inquirir, atravessando-a literalmente no sentido físico de corpo em movimento, foi “o pulmão redentor que travou a queda dos anjos, quando o colapso parecia inevitável”. O Património é, pois, para os Humanos, a prova da possibilidade do seu Futuro. Usando uma expressão de Vítor Serrão, há que proteger a todo o custo esse “pulmão social”. O que está em risco não é o planeta, mas a Humanidade, e a participação cidadã é indispensável na luta pela salvaguarda dos patrimónios natural e cultural.

A propósito da intervenção da sociedade civil na defesa do património, destacamos hoje a acção da FAPAS-Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade (Comunicado de 26/09/2024) na denúncia da degradação continuada que se tem abatido sobre o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e sobre a generalidade do património natural, elencando as principais causas dessa degradação. Não é, pois, de estranhar que Portugal esteja em risco de pagar uma multa de cem milhões de euros por um atraso de 32 anos na elaboração dos regulamentos das mais de sessenta Zonas Especiais de Conservação criadas ao abrigo da Directiva Habitats de 1992. Tenha-se presente que as Unidades de Conservação da Natureza se encontram, em grande parte, decapitadas, sem directores atribuídos, como sucede na nossa região com o Parque Natural da Arrábida e a Reserva Natural do Estuário do Sado.

Deixamos igualmente aqui o eco do SOS lançado, em Junho deste ano, pelo movimento de cidadãos independentes “Juntos Vamos Salvar os Sobreiros de Morgavel” e da cooperativa Regenerativa, contra o abate ilegal dos 1.821 sobreiros em Morgavel, um dos poucos, se não o único fragmento do território sineense que havia sido poupado ao massacre de uma determinada industrialização massiva.



Património e Participação Cidadã

O Património é para os Humanos a prova da possibilidade do seu Futuro.

O nosso foco, centra-se, porém, no *Fórum do Património 2024*, que decorreu em Braga no último 26 de Outubro, por iniciativa da ASPA BRAGA (associação para a defesa, estudo e divulgação do Património cultural e natural), em torno de quatro temáticas principais: *estratégia nacional de salvaguarda do património; Património, qualificação e ética; intervenção no património e interesses económicos; gestão do património cultural.*

Este encontro, com representação nacional, teve antes de mais o mérito de trazer para a agenda as problemáticas do património cultural. A ênfase das moções aprovadas tem uma clara incidência preferencial no quadro legislativo de enquadramento do Património. Citemos de forma sintética (abreviação e sublinhado nosso) algumas das propostas que obtiveram unanimidade no FP 2024:

Publicação de legislação nacional destinada a promover a aplicação, em Portugal, da Convenção Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade, em vigor para o nosso país desde 01/06/2011;

Regulamentação, com base na Lei n.º 2/2021, de 21/01, das profissões de nível superior relevantes para a qualidade das intervenções de Conservação e Reabilitação do Património Cultural Construído (CRPCC);

Regulamentação da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, em particular no que respeita à defesa da qualidade ambiental e paisagística, **à demolição de bens imóveis classificados**, em vias de classificação ou situados em zonas de protecção e **à protecção do património arqueológico** afectado por operações urbanísticas, pela construção de infraestruturas ou por actividades agrícolas, pecuárias ou florestais;

Que as autarquias criem bases de dados, que identifiquem e reconheçam os valores do edificado local e estabeleçam critérios de intervenção adequados à sua protecção, promovendo uma maior pro-actividade na salvaguarda deste património;

Que a Tutela do Património Cultural promova a aplicação sistemática do Artigo 43º do Decreto-Lei nº. 309/2009 de 23 de Outubro, o qual especifica o conteúdo de Zona Especial de Protecção e Plano de Pormenor de Salvaguarda, no quadro mais amplo do procedimento de classificação dos bens imóveis de

interesse cultural;

Que os municípios promovam também, nas áreas da sua competência, o estabelecimento de regras claras e transparentes que permitam a salvaguarda das envolventes do património cultural, mesmo para o património classificado antes de 2009;

Que a sociedade civil, nomeadamente as ONG, possam contribuir para a salvaguarda do nosso património cultural, sendo chamadas a participar nesses processos;

Sendo o património privado classificado de bem cultural reconhecido pela Tutela, importa, em conformidade, implementar incentivos de apoio à valorização do edificado para fins culturais, educativos, ambientais, agrícolas e turísticos e atribuir benefícios fiscais que reconheçam a importância histórica e cultural do bem classificado, nomeadamente quando se integra em manchas de floresta autóctone que contribuem para o cumprimento das metas que Portugal assumiu em matéria climática.

Finalmente, e não menos importante, foi o debate e resolução sobre o Castelo de Curutelo, monumento classificado de interesse público, destruído pela construção do Hotel “Vila Galé Paço de Curutelo”. Com a obra embargada, apuram-se as responsabilidades do acto irreversível de destruição do património cultural colectivo. O paralelismo entre este caso e o aqueduto tardo-medieval de Setúbal é evidente. Embora a afectação do monumento setubalense tenha sido, felizmente, parcial, a ocorrência não pode deixar de ser objecto de análise e tomada de decisão por parte das entidades públicas responsáveis.

A LASA encontra-se disponível para integrar uma Comissão dedicada à avaliação do impacto e ao estabelecimento de medidas minimizadoras do acto destrutivo do aqueduto tardo-medieval de Setúbal, património classificado, no pressuposto de que a sociedade civil deve ser chamada a intervir na salvaguarda do seu património cultural.

* Presidente da Direcção

da LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão



Menino Jesus

Por *Salvador Peres*

Quando, há dois mil e tal anos atrás, os incansáveis Gaspar, Baltasar e Belchior, inspirados por uma brilhante estrela no céu, chegaram à gruta de Belém, não foi ao Pai Natal que ofereceram o ouro, o incenso e a mirra, mas sim a Jesus de Nazaré, que, na altura, devido à sua tenra idade, ficou singelamente conhecido por Menino Jesus.

A tradição foi perpetuando este terno momento através dos séculos. Mas, há bem pouco tempo, fruto desse magnífico fenómeno chamado "globalização", o Menino Jesus, coitado, que não passou da cepa torta (nas palhinhas nasceu e nas palhinhas continua), passou de moda. Provavelmente, por falta de um assessor de imagem ou de uma boa agência de publicidade, dessas que tanto vendem sabonetes, como presidentes da República.

Modernamente, nascido numa casa da classe média-alta, com seis assoalhadas, incluindo *suite* com casa de banho privada, lareira, electricidade, água e gás canalizado, garagem, TV por cabo, sistema vídeo de vigilância, sem burros nem vacas à mistura, temos o inefável Pai Natal.

É, portanto, este simpático velhote, de longas barbas brancas, vestido de barrete e pijama vermelho, voando de trenó puxado a renas, com o alto patrocínio de uma poderosa marca de refrigerantes, que distribui as prendas aos meninos que se portam bem, substituindo, nesse papel, o Menino Jesus, que por nunca ter chegado à maioridade, nem sequer dispõe de carta de condução para conduzir uma motorizada que seja e fazer, assim, concorrência ao luminoso e feérico trenó voador de "Papai Noel", como lhe chamam carinhosamente os nossos irmãos brasileiros.

Porém, estando nós na quadra natalícia, época fadada para um clima de grande compreensão e tolerância, atrevo-me a recuperar a memória dessa figura histórica do Menino Jesus (um pouco gasta, é verdade, mas pura e genuína) e desejar a todos um Feliz Natal sob a Sua santa protecção.





Concurso de Poesia Manuel Maria Barbosa du Bocage

Breve Historial

Por *Maria Helena Mattos* *

Com alguns ajustes ao longo do tempo, na designação, âmbito e organização, o Concurso, lançado pela primeira vez em 1999, tem feito o seu caminho, sempre com o seu desfecho – a entrega dos prémios e a apresentação das obras vencedoras – na sessão solene da LASA, no salão nobre da Câmara Municipal, no *Dia de Bocage, da Cidade e do Concelho*: 15 de Setembro.

Este concurso aconteceu pela mão de António Maurício Pinto da Costa, presidente que em 1996 agarrou a LASA, então um tanto inactiva, a reafirmou dentro dos seus princípios e estatutos e a reconduziu à posição de parceiro crítico no tecido sociocultural, ambiental e identitário de Setúbal, *cidade do rio azul***

E, neste propósito, trazia o Dr. Maurício um grande sonho: de que a LASA promovesse um evento que desse a conhecer e valorizasse a obra, o génio e a figura do nosso grande poeta do Século das Luzes: Bocage, o *Elmano Sadino* da Arcádia. E assim, graças à sua determinação, espírito mobilizador e estudo de outros concursos já existentes, foi possível lançar o primeiro Concurso Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage, em 1999.

O concurso realizava-se anualmente e começou por ser dirigido a um público alvo *Juvenil, Regional, Nacional e Luso/Brasileiro*, nas modalidades *Revelação, Poesia e Ensaio*. De assinalar que alguns vencedores brasileiros viajaram para Portugal expressamente para virem receber o Prémio.

O certame tem-se realizado ininterruptamente, com excepção de 2019, devido à pandemia *Covid*.

Em 2018, analisadas as participações, foi repensado e alterado o formato no que respeita aos géneros abrangidos, passando daí em diante a ser exclusivamente de Poesia.

Para a consecução do lançamento e persistência deste evento, contou a LASA felizmente com apoios institucionais de entidades diversas que integraram as comissões de honra. Entre elas destacamos Ministros da Cultura e Secretários de Estado, Governadores Civis,

Presidentes da Câmara; representantes de grandes empresas, organismos associativos e personalidades importantes da sociedade e da cultura setubalense e não só.





Concurso de Poesia Manuel Maria Barbosa du Bocage

Breve Historial

Deverá ainda salientar-se, com muito respeito e apreço, o trabalho dos júris destes 25 anos em que foram realizados 23 concursos, os quais com elevada competência e rigor, procederam à avaliação e apuramento das obras vencedoras. Trabalho que alguns jurados, dedicadamente aceitaram repetir, até mais que uma vez. Curiosamente, houve também alguns ganhadores repetentes!

Seria inadequado num breve historial incluir uma enumeração identificada de membros das comissões de honra, das entidades apoiantes, dos jurados, dos vencedores e respectivas obras em cada um dos concursos realizados.

Importa, contudo, saber que toda a documentação relativa aos processos, nomeadamente as Actas, se encontra devidamente organizada e arquivada na sede da LASA.

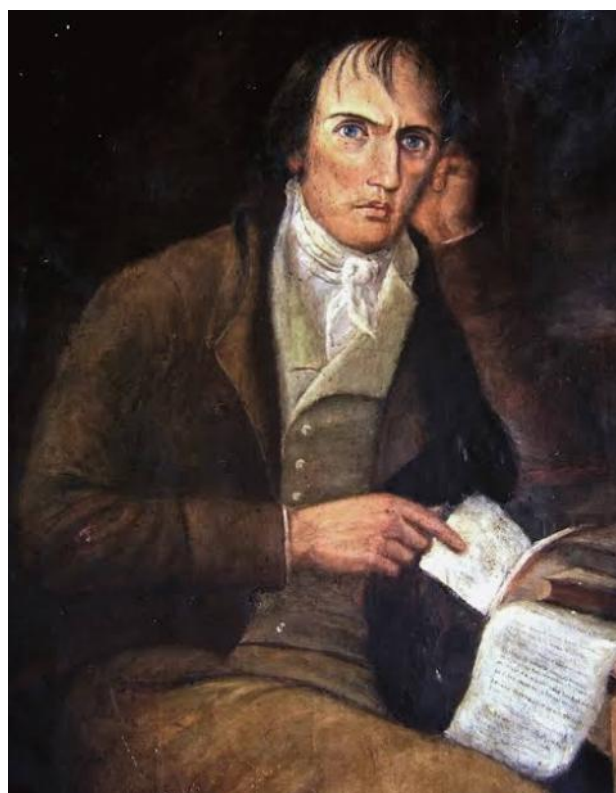
A partir de 2018, o concurso tornou-se bienal, passando a realizar-se, no ano de intervalo e também no *Dia de Bocage*, a publicação e disponibilização pública da obra vencedora no ano anterior, sendo a sua apresentação acompanhada de uma análise crítica literária bem como da leitura de excertos da mesma.

Sempre com larga adesão de participantes, o concurso cresceu em visibilidade e prestígio, pelo número e qualidade de obras produzidas, pelo trabalho e apuramento, competentes e criteriosos, dos membros dos júris, como já referido, e ainda pelos apoios institucionais e mecenáticos conseguidos. Deste modo, tem sido possível realizar até aos nossos dias este evento cultural da LASA, sonhado desde 1996 e concretizado em 1999. Através dele tem a LASA contribuído para a divulgação e promoção do nosso Poeta maior – Bocage –, não apenas no tecido cultural de Setúbal, cidade/concelho, mas, igualmente, numa perspectiva de projecção mais além.

Cumpre-se, assim, também o objectivo estatutário da LASA de defesa do nosso património identitário, de que a Poesia e a figura de Bocage, Homem e Poeta, são marcas significativas.

* Com a colaboração de Rui Farinho

** *Cidade do Rio Azul*, epíteto atribuído a Setúbal pelo Dr. Luís Cabral Adão, setubalense por adopção, in *Panorama - Poemas a Setúbal*, 1963





A Sede da LASA em casa do Visconde

Por Pedro Fernandes*

No lado Poente da emblemática Praça do Bocage, encontra-se um elegante edifício cujo segundo piso acolhe, atualmente, a sede da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão. Estabelecido (com a atual configuração) desde pelo menos meados do século XIX, o edifício foi pertença de uma personalidade de destaque na história contemporânea Setubalense: o Visconde de Montalvo.

Figura de peso na produção de arroz e comércio de sal, António de Sousa Brito Maldonado Bandeira viria também a tornar-se num dos proprietários mais abastados da região, chegando mesmo a expressar a ambição de unir Évora a Setúbal por via de uma extensão ininterrupta de propriedades sob o seu domínio, objetivo que não terá ficado longe de ser concretizado. Primeiro titular do Viscondado de Montalvo (concedido em Novembro de 1888, sendo a designação associada à grande herdade do mesmo nome nos arredores de Alcácer do Sal, pertença de longa data dos Bandeira), António Maldonado Bandeira era natural de Santo Antão (Évora), sendo filho de António de Sousa Maldonado Bandeira e de Genoveva Máxima da Conceição da Costa Ramos. O proprietário casa com Ana Margarida d'Andrade e Mello (filha de Félix Joaquim da Costa e Mello e de Úrsula Jacinta d'Andrade), a qual era, à data, 43 anos mais velha que o noivo, em 1864.

Ana Mello terá trazido para a união o grosso das propriedades do casal em Setúbal. Irmã de João José, José Joaquim e Joaquim Félix (proprietário da Quinta da Algodeia e marido de Júlia Lassence, filha de Laurent Lassence, proprietário da Quinta da Fábrica), Ana Margarida Mello viria a falecer em Novembro de 1868, já após a morte de seus três irmãos, facto que a estabeleceria como herdeira dos bens do pai. O Visconde de Montalvo, na viuvez, acabaria por dar origem a dois descendentes: António de Sousa Bandeira e Maria da Conceição Paz de Sousa Bandeira, filhos de uma relação com Guilhermina Augusta da Silva.

Figura divisiva na arena social do seu tempo, António Maldonado Bandeira é frequentemente retratado na imprensa local em tons de crítica e escárnio, com alvos apontados tanto à origem do seu título (afamado como “comprado”) como à sua própria figura, personalidade e ações, sendo o proprietário caracterizado, por alguns periódicos, como “irascível” e “rude”. Contudo, é também

importante sublinhar que o nome do Visconde surge, ao longo dos anos, associado a numerosas ações e instâncias no domínio da assistência social e da filantropia; mesmo no caso de Calafate, cujo alegado desentendimento com o Visconde tem sido frequentemente evocado como episódio cómico, Maldonado Bandeira surge, em 1902, como contribuinte no sarau em benefício desta personalidade.

O proprietário possuía, graças à herança da esposa e a subsequentes aquisições, vários espaços em Setúbal, tanto urbanos como agrícolas, entre os quais se encontrava o já referido edifício na Praça do Bocage. Em Março de 1866, na escritura de descrição de bens de António de Sousa Brito Maldonado Bandeira e de Ana Margarida d'Andrade e Mello, o edifício já se achava incluído na longuíssima listagem de posses do casal, sendo apontado como “uma propriedade de casas nobres”, a qual confrontava: a Norte, com casas de José de Oliveira Perdigão; a Sul, com a Praça do Bocage e com a Rua dos Sapateiros; a Nascente, também com a Praça do Bocage; e, a Poente, com casas de





A Sede da LASA em casa do Visconde

A propriedade surge, aliás, já no “Livro do Lançamento da Décima para 1762” (freguesia de S. Julião), como propriedade de Manuel Ferreira Rego, constando de loja, 1.º e 2.º andares, sendo expresso que apenas o 1.º andar se encontrava arrendado, enquanto a loja e 2.º piso são definidos como “devolutos”. No acervo documental dos descendentes diretos do Visconde de Montalvo, o edifício é referenciado, anteriormente à intervenção impulsionada por Maldonado Bandeira, como “pardieiro”, tendo sido, reportadamente, bastante afetado pelo terramoto de 1755. Desconhece-se a data de aquisição do espaço por parte de Félix Joaquim da Costa e Mello, sendo contudo possível apontar que Ana Margarida Mello viria a tomar posse da propriedade em 1825.

A 28 de Abril de 1889, *O Distrito* faz referência às deliberações tomadas na sessão do dia 3 da Câmara Municipal de Setúbal, reportando que se deferira o requerimento do Visconde de Montalvo para a concessão de uma porção de terreno com vista ao alinhamento dos prédios que possuía na Praça do Bocage, “no local onde foi o antigo mercado de hortaliças”. A 24 de Julho do ano seguinte, o mesmo periódico reporta que a planta para o prédio que Maldonado Bandeira pretendia mandar erigir no local fora aprovada. Contudo, tais referências suscitam dúvidas. É possível encontrar uma vista parcial do edifício (perspetiva Sul – Norte) em registo fotográfico de Antero Frederico de Seabra, datado de 1867, a qual permite comparação com outros registos, no mesmo suporte, já pós-iragem do século. Ao observar as imagens, constata-se que as mudanças do foro arquitetónico impostas ao edifício são (pelo menos, no exterior) mínimas, levantando questões acerca do projeto mencionado n’*O Distrito* e do que poderá ter sido, de facto, levado a cabo em termos de renovações.

O Visconde de Montalvo viria falecer em Março de 1910, antes de alcançar o septuagésimo aniversário. Na fachada Nascente do edifício da sede da LASA, entre o 1.º e 2.º piso, ao centro, encontra-se colocada a pedra de armas do proprietário, a qual corresponde ao brasão de armas atribuído a João Caetano de Brito Maldonado Bandeira e Sousa, bisavô paterno do Visconde. Esta engloba os seguintes elementos: timbre (um leão de rompante com um pavilhão real nas garras), elmo e paquife (uma folhagem ornamental que sai do elmo e que se estende ao escudo, envolvendo-o). No escudo, figuram as peças das famílias Sousa do Prado (esquartelada, cinco escudetes em cruz, e leão armado); Bandeira (bandeira quadrada carregada com um leão armado); Pinto (cinco crescentes, postos em sautor); e Cunha (nove cunhas, postas em 3, 3 e 3).

Com comércio no piso térreo e escritórios/espço habitacional no 1.º andar, o 2.º piso alberga um apartamento e a já mencionada sede da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, espaço que, conjuntamente, constituía, ainda na primeira metade do século XX, a escola primária (privada) da “Dona Carolina”. Não é claro se tal escola seria a também referida por Mouro (2018: 259) como de “D. Maria da Conceição”.

Atualmente, o edifício continua a figurar como elemento de particular interesse na diversa e rica morfologia do património edificado da Praça do Bocage, sendo possível desfrutar, das janelas da antiga residência do Visconde de Montalvo, de uma vista privilegiada sobre o monumento ao Elmano Sadino, Igreja de S. Julião, Paços do Concelho e Casa do Corpo da Guarda.

* Com base em trabalho de investigação de António Cunha Bento e da Doutora Teresa Botelho Bandeira Serra, assim como recurso a informações avançadas por Rui Farinho)





Arrábida e imagens da sua espiritualidade

Por João Reis Ribeiro



Quando abriu a janela e olhou para o exterior, a personagem só pôde exclamar: “Parece que o mundo foi criado daqui!” Este momento é relatado no romance *As Terras do Risco*, de Agustina Bessa-Luís, publicado em 1994 (Guimarães Editores). A frase, que exprime o maravilhamento de quem a diz, no momento em que olha a Arrábida, remete-nos para a expressão do sublime, algo impossível de ser descrito, por muitas tintas que se ensaiem, por muitas frases que se recomponham, por muitos ângulos que os olhares procurem, por muitas combinações em que os sons se concertem.

Conseguir contar a beleza seria igualá-la, operação impossível porque o belo é único, irrepetível, envolvendo uma aguarela de mistério, uma linha de sentido que a Arrábida, esse espaço que corre desde a Comenda até ao Cabo Espichel, sempre tem albergado e suscitado. Com razão escrevia Luís Marques em 1990, no seu estudo intitulado *Arrábida e a sua Religiosidade Popular* (Assírio & Alvim): “A essência da serra continua a sobrepor-se a todas as obras e transformações já realizadas. Um espelho disso, que chegou aos nossos dias, verifica-se (...) na interpretação que dela fazem, designadamente, os amantes da natureza, os poetas, os religiosos e os investigadores. (...) Hoje, como ontem, apenas os que se deixam penetrar pela serenidade da sua paisagem ou pela sua sacralidade conseguem encontrar a imutabilidade e intangibilidade que a serra permanentemente desencadeia.”

Servem estas duas referências — da ficção, através de Agustina Bessa-Luís, e do ensaio, por intermédio de Luís Marques — para chegarmos à obra *A Espiritualidade da Arrábida*, iniciativa louvável do Grupo dos Amigos da Paróquia de S. Sebastião, acabada de publicar, que reúne duas dúzias de olhares contemporâneos sobre a Serra, distribuídos pela escrita e pela imagem em partes iguais, associando-se ainda a expressividade dos dois nomes indiscutivelmente mais arrábidos, pelo contributo inegável que deram para a integração desta Serra na tradição literário-cultural portuguesa: Frei Agostinho da Cruz, religioso e poeta, que neste espaço viveu os seus últimos quinze anos no século XVII, e Sebastião da Gama, poeta e professor, que também aqui se acolheu e construiu o seu poemário em torno da simbologia da Serra, na década de 1940.

A emergência desta obra pode ser vista a partir do que António Melo, um dos obreiros deste projecto, regista no texto de apresentação: “Este livro pretende ser uma prova de admiração pela Beleza e Espiritualidade da Arrábida e por todos os que a conseguem preservar na sua imortalidade.” Trata-se de um propósito forte, porque reflecte um sentimento do presente, num contínuo espanto perante o sublime, e, simultaneamente, homenageia a múltipla partilha que gerações nos têm transmitido neste caminho que tem sido o descortinar as linhas de sentido associadas à geografia social, cultural e natural da Serra, a que, metaforicamente, na obra *Terral*, o poeta Miguel de



Arrábida e imagens da sua espiritualidade

A importância desta obra é assinalada também no prefácio que D. Américo de Aguiar subscreve, um pouco em tom confessional, pondo-se à prova e testemunhando a sua descoberta: “Não estava prevenido para o impacto da beleza do mar e da serra. Sempre viajei muito do Norte ao Sul da nossa terra, na maior parte das vezes pelo cinzento monótono das auto-estradas. (...) A serra da Arrábida pedenos silêncio e alguma solidão. É um convite renovado ao subir da montanha.” A recomendação é um desafio, exactamente o mesmo que se pôs ao frade franciscano Agostinho da Cruz, que lhe permitiu registar a beleza da experiência numa exclamação elegíaca — “Ó Serra das estrelas tão vizinha, / Quem nunca de ti, Serra, se apartara!” São, aliás, estes dois versos que fecham o percurso sugerido pela organização textual deste livro, que contraria a progressão cronológica, partindo das reflexões contemporâneas para recuar até ao século XVII.

Em *A Espiritualidade da Arrábida*, as tentativas de partilhar o que a Serra sugere oscilam entre a impossibilidade da precisão descritiva — “espaço que flutua acima de todas as tentativas de o adjectivar”, escreve Salvador Peres — e esse desafio da descoberta que põe à prova e sugere outros esforços — “subir à Arrábida significa uma oportunidade para contemplar a Esperança e dinamizar a Fé e o Amor”, defende Hermínio Araújo. A aceitação deste desafio sugerido pelo impacto da Serra é um jogo permanente, assente sobre a simbologia que a ampara e sobre o mistério que a adorna, como descobre Casimiro Henriques: “Tu és a serra e a Serra és tu, ali perdido diante de um mundo que não consegues criar pelo teu poder.” Ou, como diria o poeta que escreveu o seu primeiro poema sobre a beleza da Arrábida aos 15 anos, Sebastião da Gama, numa recomendação ao passeante (em *Flama*, de 2.Dez.1949): “Vá sozinho, suba ao Convento, que é onde o espírito da

Serra converge e como que ganha forma. Leve, se quiser, os versos de Agostinho e experimente como afinal é fácil estar a sós com Deus. (...) O Céu fica-lhe perto.” Uma forma de juntar o criador e a criatura, afinal... que perpassa pela descoberta da grandiosidade das coisas simples captada por Carlos Vale Rego, pelo confronto com a insuficiência da palavra para dizer a magia da terra assinalado por José-António Chocolate, pela contemplação que se exprime em oração na voz de Lourenço de Moraes, pelo afago introspectivo da mãe-serra enaltecido por Isabel Melo, pela proximidade do historial franciscano trazida por Helena Mattos, pela centralidade que este espaço envolve lembrada por Joaquina Soares, pelo efeito transformador e interpelativo registado por Ruy Ventura...

As fotografias chamadas para este livro, resultantes de olhares, de momentos e de descobertas, corroboram essa onda de mistério em torno da paisagem, intensificada pela impressão digital da Natureza, pelos ângulos de visão pessoais, pela recusa do cenário imediato, pelas tonalidades em diversos graus das mesmas cores ou pela imponência do preto e branco, pela vastidão sugerida, pela luminosidade a favorecer o pormenor, pelo jogo entre luz e sombra, pela pluralidade de motivos, todas rendidas ao que mostram e rendilhadas com legendas sugestivas, por onde perpassam emoções pessoais, deslumbramentos, recriações de sentido, tudo em favor de uma arte poética da imagem, haja em vista títulos como “Escondido, mas visível”, de Nazar Kruk, “Porto seguro”, de João Completo, “In-quietude”, de Carlos Medeiros, “Flor do cardo que eu guardo”, de José Alex Gandum, “Que serra é esta, que comigo fala e me sente?”, de Alberto Pereira, “Arrábida tranquila”, de José Canelas, “A alma do lugar”, de Carlos Sargedas, “O teu adormecer”, de António Alves da Costa, ficando apenas por intitular o surpreendente dourado sobre





Arrábida e imagens da sua espiritualidade

Nos olhares fotográficos, há um outro grupo de leitura mais imediata, registo de momentos festivos e religiosos captados pelas lentes de Américo Ribeiro e de José António Carvalho, marcas de tempos diferentes neste “romariar e rezar” (como refere Luís Marques no ensaio já mencionado) em que a religiosidade popular surge aliada à Natureza.

Retratos escritos ou fotográficos, a verdade é que por todos os registos deste livro perpassam partes de um texto maior, uno, deixando adivinhar que a Arrábida impressiona sempre por aquilo que não somos capazes de dizer porque o silêncio se nos impõe para que ouçamos o concerto da cor com o restolhar segredado pelas veias da Serra. Assim percebemos que a reinvenção, a reconstrução ou a abordagem iniciática do ser da Serra serão sempre complexas, difíceis e angustiantes, na medida em que nenhuma das representações será suficientemente totalizadora de forma a desocultar o seu mistério.

É Viriato Soromenho-Marques quem assina o derradeiro texto, em tom posfacial, recapitulando momentos históricos em torno da “presença cultural e simbólica na nossa consciência” da Arrábida, lembrando as perspectivas científica, ecológica (mesmo ecocrítica) e literária e afirmando-a como uma “causa colectiva”. A motivação criada pela Arrábida a todos quantos a visitam ou aos que nela vivem mostra que ninguém fica insensível perante o que vê ou o que sente — há os textos que tentam guardar os sentimentos, há as memórias que afagam a distância do tempo, há os desenhos que são geradores de uma reconstrução, há as fotografias que se apresentam com uma mensagem muito mais intensa do que o registo lacónico de se ter estado ali... tudo porque, como Soromenho-Marques refere, “o que importa colocar em relevo é o permanente convite da Arrábida para a meditação e a viagem interior”, elementos estruturantes para aquilo que, a fechar o seu texto, defende: “A verdadeira força da espiritualidade é aquela que se funde na celebração da existência.” E a Arrábida deve ser celebração, sempre! Porque, como dizia a personagem de Agustina Bessa-Luís, “parece que o mundo foi criado daqui!”

Citações (por ordem de entrada):

BESSA-LUÍS, Agustina. *As Terras do Risco*. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

MARQUES, Luís. *Arrábida e a sua Religiosidade Popular*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2009.

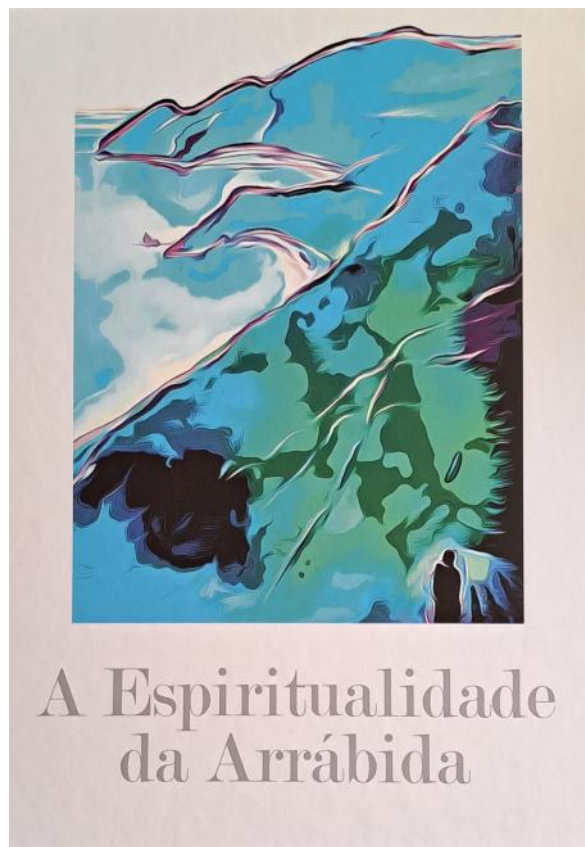
AAVV. *A Espiritualidade da Arrábida*. Setúbal: Grupo de Amigos da Paróquia de S. Sebastião, 2024.

CASTRO, Miguel de. *Terral*. Setúbal: Edições Estuário, 1990.

CRUZ, Frei Agostinho da. *Várias Poesias do Venerável Padre...* Lisboa: Oficinas de Miguel Rodrigues, 1771.

GAMA, Sebastião da. *O Segredo é Amar*. Lisboa: Edições Ática, 1969.

Lido na apresentação da obra *A Espiritualidade da Arrábida*, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal, em 16. Nov. 2024.





Estuário do Sado e a Importância Nutricional do Seu Pescado

No dia 20 de Setembro de 2024, pelas 21h, decorreu mais uma palestra do Synapsis "SEXTAS DE ARTE E CIÊNCIA SYNAPSIS" no MAEDS – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, proferida pela Prof. Doutora Narcisa Bandarra, sob o tema "Estuário do Sado e a importância nutricional do seu pescado". Esta palestra esteve integrada no Ciclo das JEP -Jornadas Europeias do Património 2024, este ano subordinadas ao tema "Rotas, Redes e Conexões".

Foi apresentada por Salvador Peres uma breve Sinopse do vasto currículo da cientista.

Narcisa Bandarra tem Agregação em Ciências do Mar pela Faculdade de Ciências de Lisboa, é doutorada em Biotecnologia pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e licenciada em Química Aplicada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova. É Investigadora Coordenadora e Chefe da Divisão de Aquacultura, Valorização e Bioprospeção do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA), conta com mais de trinta anos de trabalho científico na área da valorização dos produtos da pesca e da aquacultura com especial enfoque no valor bioquímico e nutricional dos produtos da pesca e da aquacultura, procurando a sua importância para a saúde e bem-estar dos consumidores, bem como a valorização do melhor destes produtos por parte do setor produtivo. O resultado da sua atividade científica reflete-se na publicação de mais de cento e noventa e oito artigos científicos em revistas internacionais, na participação em

sessenta e oito projectos de I&D nacionais e internacionais e na orientação de oitenta e nove estudantes de licenciatura, mestrado, doutoramento e programas nacionais internacionais. É o ponto focal português da European Fish Technologists Association (WEFTA) e foi convidada como especialista para o High Level Panel in Ocean Economy (HLPO) <https://oceanpanel.org/>.

"O estuário do Sado é o segundo maior do país, um ecossistema muito rico, onde se encontra uma enorme biodiversidade e se podem encontrar espécies de pescado com enormes benefícios para a saúde da população. No estuário, desenvolve-se um manancial alimentar de elevado valor nutricional e uma excelente contribuição para a prevenção da doença cardiovascular e neurodegenerativa. Um contributo para o bem-estar e homeostase do organismo."

Seguiu-se a sua entusiástica apresentação que teve uma grande interacção e dinâmica com muitos participantes da assistência. Devido ao facto de estarem presentes médicos, pessoal de saúde, do ambiente e gente com grande interesse pelo Sado, manifestaram grande interesse nos estudos e conclusões dos grupos de trabalho do ómega 3, ao que a investigadora, muito gentilmente, cedeu um breve resumo dessas conclusões.





Estuário do Sado e a Importância Nutricional do Seu Pescado

Por *Narcisa Bandarra*



Os produtos da pesca e da aquacultura constituem uma importante fonte de nutrientes e apresentam um valor nutricional semelhante ao da carne dos mamíferos e aves. Todavia, considera-se atualmente que a sua grande importância está muito associada à composição dos lípidos e de diversos micronutrientes. A composição bioquímica varia consideravelmente de espécie para espécie e, mesmo entre indivíduos da mesma espécie, regista diferenças que decorrem do grau de maturação sexual, idade, zona geográfica, época do ano e disponibilidade de alimento. Os principais constituintes do pescado são água (50 a 85 %), proteína (12 a 24 %) e lípidos (0,1 a 22,0 %) que representam cerca de 98 % do total da parte edível. Os restantes 2,0 % são constituídos por compostos minoritários entre os quais se salientam os sais minerais

(0,8 a 2,0 %) e as vitaminas hidrossolúveis como a B6 e a B12 e as lipossolúveis como a A, D e E.

O consumo regular de peixe parece ser responsável pela prevenção de diversas patologias, em particular, a cardiovascular, devido à modificação de fatores de risco, através de mecanismos relacionados com o metabolismo lipídico. Também a prevenção de doenças neurodegenerativas tem sido associada a um consumo regular de peixe. Além de resultados que reforçam o valor nutricional do pescado, apresenta-se ainda resultados de um estudo que comprova os benefícios na prevenção da doença de Alzheimer (DA). Assim, com o aumento da esperança de vida, a incidência da DA tornou-se uma grande preocupação devido ao seu impacto socioeconómico.

No cérebro, o ácido docosahexaenóico (DHA, 22:6 n-3), um ácido gordo ómega 3, é crucial para a manutenção da função dos neurónios e a sua falta tem sido correlacionado com várias perturbações neurológicas como a DA. Como o cérebro é quase completamente dependente da absorção de DHA pela dieta, é plausível inferir que a ingestão deste ácido gordo pode contribuir para o restauro dos níveis que se encontram desequilibrados. Para verificar isto, recorreu-se a um estudo de intervenção usando um modelo animal para a DA (ratinhos transgénicos 5xFAD). Assim, os resultados sugerem que a cavala contribuiu para contrariar os níveis reduzidos de DHA no cérebro, associados à DA. Quando combinada com a quinoa, a cavala resultou na redução dos níveis dos ácidos gordos ómega 6. Em última análise, esta combinação pode atenuar a inflamação, que é uma característica fundamental da DA.





José Nunes Correia: o Pintor e a Inquisição

Por António Cunha Bento

«Aos 21 de Fevereiro de [1]621 annos baptizei José fº de Antº Nunes e de Margarida Lopes, padrinho Diogo Lopes, seu avô, e Izabel Pedroza. / Pº Juão [?] Roiz de Frexo [?]» Assim começa a história de um setubalense, pintor até há pouco tempo desconhecido.

Em 27 de Maio de 2012, o Padre Rui Rosmaninho referia em “A Seara” (n.º 545), após alguns anos de trabalhos, «as 8 grandes telas, cuja autoria está por identificar», aludindo ao conjunto de telas do século XVII da Igreja de Santo António.



Uma das oito telas da Igreja de Santo António - “Pregação de Santo António aos peixes em Rimini”, fotografia de Francisco Borba

Decorridos dois anos e meio, em 28 de Novembro de 2014, durante o “Colóquio Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão” promovido pela LASA entre 26 e 28 daquele mês, o Professor Doutor Vítor Serrão apresentou uma comunicação intitulada “Estudo das telas seiscentistas da Capela de Santo António em Setúbal, com «Status Quaestionis» sobre a pintura maneirista e barroca na Cidade” (1), dizendo sobre o seu autor: «José Nunes Correia [...] trabalhou vinte e cinco anos em Málaga, Sevilha e Ayamonte, voltando à sua vila natal por volta de 1668 e aí pintando, segundo se crê, as oito grandes telas tenebristas da Capela de Santo António. São pinturas de tão forte influência andaluza que só poderiam ser de um artista educado nesses centros, como era o caso de Nunes Correia, único pintor setubalense do século XVII com formação profissional na Andaluzia.» E prosseguia: «Uma das obras de pintura menos conhecidas da cidade é o conjunto das oito telas seiscentistas da Capela de Santo

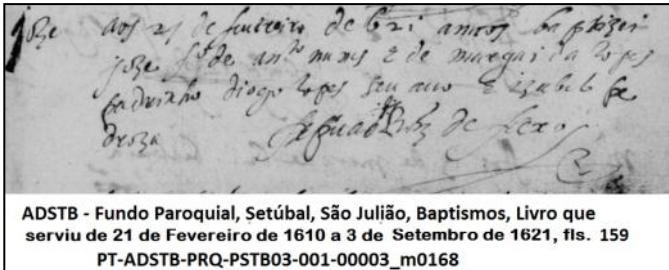
António, praticamente ignoradas nos estudos sobre o património artístico setubalense, mas que apresentam, para além dos méritos iconográficos, qualidades formais e compositivas dignas de apreço. [...] que representam diversos passos da vida e milagres de Santo António de Lisboa. São pinturas de valia histórica, em termos da narração antoniana, mas também artística, mostrando-se devedoras de um pintor que, sendo porventura local, conhecia bem os modelos do tenebrismo andaluz. [...]» E ainda: «Quem poderia ter pintado estes quadros de cerca de 1675-1680 [...]? Por um processo da Inquisição de Lisboa datado de 1686, descoberto e gentilmente comunicado por Francisco Bilou (2), fica a saber-se da existência de um pintor setubalense chamado José Nunes Correia que se formou precisamente na Andaluzia e que, por isso, pode bem ser, muito provavelmente, o autor das oito grandes telas [...]»

Deixemos, por agora, as referidas grandes telas da Capela de Santo António e debruçemo-nos sobre o seu provável autor.

De José Nunes Correia, para além do que consta do assento de batismo transcrito no início do texto, muito pouco se sabe. Sabemos, contudo, que declarou, perante o Tribunal do Santo Ofício (3), «chamar-se Joseph Nunes Correa, christão novo, pintor, natural da Villa de Setuval e morador na ditta cidade [Lisboa], de sessenta e cinco para sessenta e seis de idade, ser filho de António Nunes, ourives do ouro, e de Margarida Lopes, christãos novos, naturaes e moradores que foram na ditta Villa de Setuval, já defuntos e esteve fora deste Reyno [...] na Cidade de Málaga, por espaço de 25 anos [...] e outros da Andaluzia».



José Nunes Correia: o Pintor e a Inquisição



Sabe-se ainda que casou, em Málaga, com Jerónima de Oliveira, muito provavelmente antes de 1648 (4), de quem teve quatro raparigas e dois rapazes, nascidos entre 1648 e 1664 naquela cidade andaluza.

Através de uma diligência solicitada acerca dos filhos pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa ao de Málaga, pelo Comissário daquela cidade espanhola (5) ficamos a saber que: «El padre [José Nunes Correia] destes dos muxaxos [referindo-se a Inácia e a José] fue pintor, lo usaba poco, e tubo tienda de mercador de ropa, en la Calle Nueva, e despues se fue a Portugal, segun e tenido notícia.»

De acordo com Francisco Bilou, terá regressado a Portugal depois de 1668, após o fim da Guerra da Restauração, já na situação de viúvo, e terá vindo para Setúbal, onde, segundo Vítor Serrão, como lemos acima, terá pintado as oito telas sobre a vida de Santo António.

Chegado a Setúbal, viúvo e com os seus seis filhos, fixou residência na Rua dos Mercadores (6), muito provavelmente na casa onde residira com seus pais antes de emigrar para Espanha. Não terá permanecido aqui muito tempo, logo vindo a mudar a residência para Lisboa.

Em 21 de Abril de 1686, o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa emite um mandado, no qual ordena a «qualquer Familiar, ou Official do S. Officio, que na Villa de Setuval, ou onde quer que for achado Jozeph Nunez, x.novo (7), que foi pintor, natural, e morador da ditta Villa, o prendais com sequestro de bens por culpas que contra elle há neste Santo Officio, obrigatórias a prisão a b[om] recato, c[om] cama, & mais fato necessário a seu uso & té cincoenta mil reis em dinheiro para seus alimentos [...]. Rapidamente foi cumprido o mandado de prisão. Assim, no dia 4 de Maio, José Nunes Correia foi entregue «nos cárceres secretos da Santa Inquisição», bem como o que fora achado em seu poder: «oito tostões (8) em dinheiro, hu[ma] caixa com huns óculos e huns papeis.»

Interrogado sobre os bens que possuía, enumerou-os:

a) bens imóveis: era proprietário de uma marinha no sítio da Mourisca, Setúbal, herdada de seus pais, que poderia valer 500 mil réis;

(b) bens móveis: um bufete, de madeira desconhecida, com duas gavetas que comprou por 2.000 ou 2.500 réis; dois tamboretos de moscovia (9), de pregaria miúda, usados, com o valor de 3.000 réis; cinco painéis de quatro palmos de altura, dois dos quais com molduras negras e quatro em grades (a saber: um de S. Pedro, um de S. Miguel, um de Nossa Senhora da Conceição e um de Santo António, acabados) e S. Jerónimo, maior do que os outros, e quatro ou cinco pequenos (um Cristo crucificado, uma Madalena, um Ecce Homo, com moldura negra, um de Nossa Senhora da Piedade, um de S. José, um de Nossa Senhora com o menino nos braços, um de Madalena com meio corpo, outro de Madalena); que todos no seu conjunto poderiam valer 20.000 réis; que não tinha ouro nem prata alguma; que não deve, nem lhe devem, cousa considerável; que tinha somente roupa e fato necessário ao seu uso.

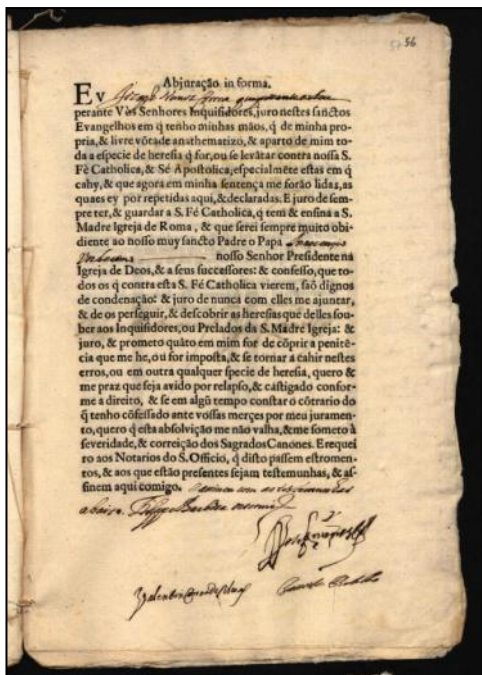
Acusado de judaísmo, por denúncias anteriores de outros presos, Nunes Correia, usando um estratagema a que recorriam muitos dos presos pela Inquisição, confessou as práticas judaicas, mostrou-se arrependido, pediu perdão e denunciou familiares e amigos que praticavam a Lei de Moisés, conseguindo que o processo ficasse concluído em pouco mais de dois meses e que a pena fosse bastante leve: «confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores, instrução na fé católica, penitências espirituais».

A sentença que recaiu sobre o processo foi: “que vá ao Auto da Fé na forma costumada e nela ouça sua sentença e abjure seus heréticos erros em forma. E terá cárcere e hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores. E será instruído nos mistérios da Fé necessários para a salvação da sua Alma. E cumprirá as mais penas e penitências espirituais que lhe forem impostas. E mandam que da excomunhão maior, em que incorreu, seja absoluto in eclesia (10)”.

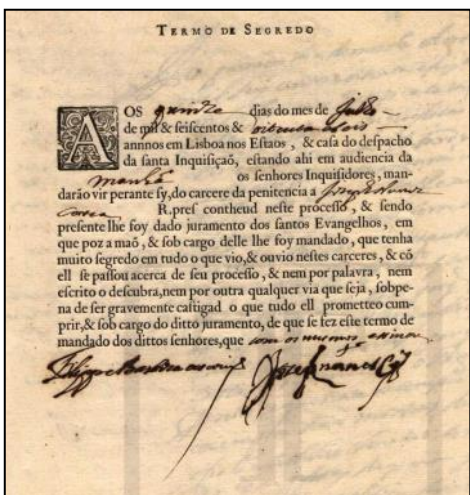


José Nunes Correia: o Pintor e a Inquisição

Abjurou em forma, jurou manter segredo, confiscaram-lhe os bens e pagou as custas (cf. reproduções de documentos em anexo



Abjuração in forma



Termo de segredo

<i>José Nunes Correia</i>		60
<i>M. de d. de Lisboa</i>	_____	120
<i>Luz</i>	_____	760
<i>577 em 800</i>	_____	193
<i>M. de cat. de Lisboa</i>	_____	134
<i>Costas</i>	_____	098
<i>Costas de Lisboa</i>	_____	047
<i>Costas de Lisboa</i>	_____	100
<i>Costas de Lisboa</i>	_____	1452
<i>Costas</i>	_____	400
<i>M. de d. de Lisboa</i>	_____	100
<i>M. de d. de Lisboa</i>	_____	36
<i>Costas</i>	_____	1988

Custas a cargo do condenado

O auto-de-fé teve lugar na Igreja do Convento de S. Domingos, de Lisboa, no dia 24 de Julho de 1686.

Dois dias depois, o padre Francisco Pinheiro atesta que foi “ouvido em confissão sacramental e está suficientemente instruído nas coisas da nossa Santa Fé”, pelo que, a 1 de Agosto, lhe são fixadas as penitências, conselhos de conduta, a obrigação de assistir à missa dominical com “hábito penitencial que cubra suas vestiduras” e que tenha por “cárcere esta cidade [Lisboa] de onde não sairá sem licença” da Mesa da Santa Inquisição, como consta do “Termo de ida e penitências”.

Apesar de lhe ter sido “fixada a residência” em Lisboa, pouco tempo terá passado entre a data de saída da prisão e a sua fuga para Espanha. Em 1689, o Tribunal do Santo Ofício — sabemos-lo através do processo de que foi alvo a sua filha Inácia Luísa Correia (11) — ainda diligenciou junto do seu congénere espanhol, tentando conhecer-lhe o paradeiro, tendo-lhe sido respondido não possuir esta notícia sobre a sua presença em Sevilha, apesar de afirmar que, segundo conseguira averiguar, «es Jozé los Maestros pintores desta Ciudad».

Presume-se que haja falecido antes de 1704, dado que sua neta, Jerónima Maurícia de Manganés, declarou, naquele preciso ano, que ele já havia falecido (12).

Os seus filhos foram todos perseguidos pela inquisição. Apenas não foi encontrado qualquer processo referente a José Nunes (o mais novo), que, segundo declaração do pai, em 1686, vivia em Liorne (Livorno / Itália).



José Nunes Correia: o Pintor e a Inquisição

Vejamos as penas que aplicadas aos restantes filhos:

- Margarida Correia (13), presa na mesma altura do pai, foi condenada a uma pena idêntica à aplicada a este. Cerca de dezanove anos depois, foi novamente presa e acusada de relapsia (14) na prática do judaísmo e, desta feita, após prisão de mais de dois anos, com passagem pela sala de tortura, foi condenada a pena máxima: «Excomunhão maior, confisco de bens e relaxada à justiça secular» (15).

- Maria Correia = presa e, quase dois anos depois, condenada com «confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito perpétuo sem remissão, que levará diferenciada com sinais de fogo, instrução na fé católica, penitências espirituais, degredo para o Brasil, por cinco anos».

- Vitória Correia – presa conjuntamente com a sua irmã Maria e condenada na mesma data com uma pena muito semelhante, mas sem degredo.

- Inácia Luísa Correia – condenada postumamente, em 1699, dado que tinha falecido cerca de 1 ano antes. Aplicaram-lhe: «confisco de bens, excomunhão maior, relaxada em estátua e ossos à justiça secular». Ao que parece, os restos mortais não chegaram a ser entregues para cumprimento da sentença (queimados na fogueira da purificação), em virtude de o pároco ter informado que não conseguia identificar o local exato onde o corpo havia sido sepultado.

- João Luís Correia – preso conjuntamente com suas irmãs Margarida e Maria, foi condenado, na mesma data em que elas o foram, com uma pena idêntica à de seu pai.

A perseguição a esta família, que viria a prolongar-se por 75 anos (traduziu-se em prisões — 5 filhos e 2 genros, 5 netos, 7 bisnetos e 8 trinetos) só terminando no último auto-de-fé, em 20 de Setembro de 1761 (16), saldando-se em 31 processos (17), dos quais: 27 com penas de confisco de bens, abjuração, cárcere e hábito penitencial, etc.; 1 com pena idêntica e degredo (18); 3 relaxados à justiça secular (fogueira), sendo um a título póstumo; dois partos nos cárceres do TSO (19) 1 preso com 15 ou 16 anos (20).

Notas ao texto:

In *Casas religiosas de Setúbal e Azeitão*, Coordenação Científica de COSTA, Albérico Afonso; BENTO, António Cunha; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira, LASA / ESTUÁRIO, s/l, 2016, páginas 210 e 214.

O Dr. Francisco Bilou, investigador de Évora, publicou na revista “Grada”, nº 74, Badajoz, 2013, um artigo intitulado “O Pintor setubalense José Nunes Correia”, em que abordava o tema da Inquisição no período após o domínio filipino. Aí, o autor refere: «um exemplo menos conhecido, senão inédito, o do pintor José Nunes Correia, denunciado à Inquisição de Lisboa e condenado em auto de fé realizado no dia 4 de

Junho de 1686, sob a acusação, aliás recorrente, de culpas de judaísmo».

Em 16 de Maio de 1686, no Processo TSO-LX-P8293.

Sua filha Margarida Correia, a mais velha dos seis irmãos, nasceu em 1648, ou 49, em Málaga.

Em 6 de Maio de 1688, Folhas 44, do Proc.º 3963 do TSO/LX – Inácia Luísa Correia.

Atual Rua Dr. Paula Borba.

Abreviatura de cristão-novo.

Um tostão era equivalente a 1.200 réis.

Couro.

Que seja absolvido e perdoado.

Processo nº 3963 do TSO / Lxª – PT-TT-TSO-IL-28-3963-c0268

Processo 5378 do TSO.

Uma filha de Margarida – Micaela – veio a dar à luz quando se encontrava presa pelo TSO.

Reincidência.

Os relaxados, no Auto da Fé, podiam pedir perdão e misericórdia sendo salvos da fogueira e entregues ao garrote. Os relaxados relapsos, ou seja, os reincidentes não podiam apelar a esta misericórdia e eram sempre condenados à fogueira. Contudo, também os garroteados, depois de mortos, eram queimados na fogueira da purificação, segundo PATRIARCA (2002), p. 185.

Este foi o último auto-de-fé, tendo durado dois dias. Nele saíram dois bisnetos de José Nunes Correia e foi parar à fogueira o Padre Gabriel Malagrida. Queimados em estátua, o poeta Cavaleiro de Oliveira, por estar ausente, e duas mulheres que haviam entretanto falecido nos cárceres.

Localizados, podendo admitir-se que outros possam ter existido.

Maria Correia, degredo para o Brasil.

Margarida Correia, filha de José Nunes Correia, em 29/XI/1696 e Micaela Arcângela, filha da anterior, em 27/XI/1704.

Neto de José Nunes Correia. Era estudante em Coimbra.

Bibliografia:

- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Viver e Morrer nos Cárceres do Santo Ofício*, Lisboa, 2015.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Nascer nos cárceres do Santo Ofício*, Arquipélago / História, 2ª Série II, 1997, páginas 435 a 447. https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/478/1/IsabelDrumondBraga_p435-447.pdf, consultado em 12/11/2024.
- PATRIARCA, Raquel – *Um estudo sobre a Inquisição de Lisboa: o Santo Ofício na vila de Setúbal – 1536 – 1650*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Dissertação de Mestrado em História Moderna, 2002.
- “Casas religiosas de Setúbal e Azeitão”, LASA, 2016, p. 205
- “GRADA”, Badajoz, 2013
- Processos do TSO / Lisboa: 729, 1004, 1127, 1135, 1388, 1520, 1521, 1527, 1528, 1529, 1897, 1906, 1955, 3658, 3963, 5179, 5181, 5678, 5378-1, 7511, 7511-1, 7520, 8273, 8273-1, 8293, 8463, 8659, 8912, 9112 e 9500.
- Processo do TSO / Coimbra: 3169.



Habitação rima com Revolução

Por Jaime Pinho

Na madrugada de 25 de abril de 1974, o país inteiro acorda para a Revolução. Em Setúbal emergem para o primeiro plano dos acontecimentos as pessoas que viviam nos 22 bairros de barracas e casas abarracadas. São milhares!

Segundo um Relatório oficial da Câmara Municipal fascista, elaborado por volta de 1970, seriam um quarto da população da cidade. Este Relatório, guardado no Arquivo Municipal de Setúbal, acompanha um conjunto de largas dezenas de fotografias de cada um dos bairros, que se estendem para cá e para lá da linha do comboio. No lado ocidental, destacavam-se o Casal das Figueiras, Brancanes, Castelo Velho e Olhos de Água; no outro lado da linha, ocupavam todas as imediações do hospital de São Bernardo: Bairros da Monarquina, Dias, Lopes, Moinho das Areias, Pinheirinhos, Vale de Cerejeiras, Azinhagas do Mal Talhado... e estendiam-se para oriente: Peixe Frito, Cova da Canastra, Montureiras...

A Câmara de Setúbal de antes do 25 de abril de 1974 não dispunha de qualquer serviço de habitação — os bairros de barracas eram ostracizados e “não faziam parte do mapa” da cidade. As pessoas que neles habitavam podiam ir trabalhar, as crianças para a escola, mas não tinham direito a água canalizada, casa de banho, saneamento, eletricidade, arruamentos pavimentados, qualquer equipamento de lazer, em resumo: não tinham direito a uma casa digna, nem direito à cidade. Vindas do Algarve, do Alentejo, em busca de uma vida melhor, auferiam um salário miserável que não permitia aceder a uma casa.

Famílias ciganas e outras famílias racializadas partilhavam estes bairros com dificuldades ainda mais agravadas devido aos preconceitos. O único contacto oficial que recebiam nos bairros era o da polícia. Estas pessoas aderiram desde o primeiro dia entusiasticamente à Revolução de 25 de abril de 1974, sentiram a esperança num outro mundo melhor. Nos dias, meses e anos seguintes estes milhares de pessoas protagonizaram a Revolução.

Em alguns casos conseguiram passar das barracas para os Bairros SAAL, um dos programas mais avançados para resolver o problema da habitação até hoje conhecido. Surgido logo nos primeiros meses da Revolução visava proporcionar a construção de casas e bairros com a participação ativa das pessoas que neles moravam, nomeadamente através de reuniões e assembleias com as equipas técnicas e de arquitetura, com a participação da administração central e apoio das autarquias. Este programa seria extinto pelo governo da altura logo em 1976, quando os ventos da contrarrevolução começavam a soprar. Pode-se mesmo dizer que foi morto quando mal tinha acabado de nascer, mal tinham começado as primeiras construções de casas ou ainda estavam em projeto. Graças à determinação das pessoas e à solidariedade das equipas técnicas, e em muitos casos também ao envolvimento das câmaras municipais e do seu pessoal técnico empenhado, foi possível concluir muitos desses Bairros SAAL pelo país, alguns já na década de 1980.





Habitação rima com Revolução

Merecem uma visita! Muitos apresentam uma arquitetura de primeira categoria, outros conservam as marcas das dificuldades e obstáculos criados pelos vários poderes. Mas todos transportam histórias de mobilização popular e envolvimento coletivo únicos, granjeando a simpatia e admiração, ainda hoje, de quem sabe que as crises da habitação advêm da falta de investimento público de participação popular como a que se verificou com o processo SAAL. (1)

Cingindo-nos apenas ao distrito de Setúbal, temos os seguintes bairros SAAL: em Setúbal, Bairro Casal das Figueiras, Bairro Grito do Povo, Bairro da Liberdade, Bairro dos Pinheirinhos, Bairro da Terroa de Baixo; em Alcácer do Sal, Bairro 25 de Abril de Montevil, Bairro da Quintinha da Liberdade; no Seixal, Bairro 25 de Abril, Bairro Primeiro de Maio; em Grândola, Bairro Vale Pereiro, Bairro Unidos Venceremos de Canal Caveira.

Estes bairros merecem uma visita!

Em muitos casos as pessoas dos bairros de barracas lançaram-se a outras soluções: ocupações de casas devolutas, de prédios prontos a habitar ou em acabamento de entidades públicas e privadas.

Se é verdade que Setúbal tinha uma gravíssima falta de habitação que a liberdade e a Revolução trataram de enfrentar e resolver, também a cidade de Lisboa herdara do fascismo inúmeros bairros de barracas. Muitas famílias oriundas das Beiras chegavam de comboio e acabavam instaladas nos bairros que iam crescendo ao longo da via férrea, no último troço, antes mesmo de chegarem e verem a estação de Santa Apolónia. Muitos destes bairros ou parte deles eram violentamente desalojados pela repressão policial salazarista, sem qualquer hipótese de isso ser noticiado. Nuns casos eram os projetos imobiliários que tiravam o chão a quem lá morava, noutros eram os projetos públicos, rodoviários por exemplo, que levavam a ultimos para que abandonassem as barracas em tempo *record* sob pena de verem as habitações demolidas implacavelmente, com aconteceu no Vale de Alcântara.

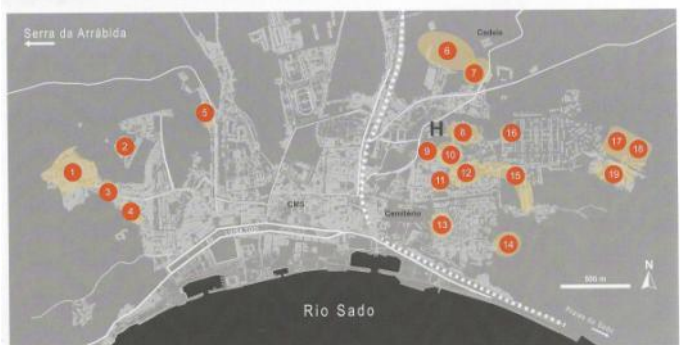
Num artigo saído no jornal *Público*, em 23 de setembro de 1993, o arquiteto Nuno Teotónio Pereira conta que o jornal *Diário Popular*, em 1963, tinha realizado uma série de 19 reportagens sobre o problema da habitação em Portugal. Desse conjunto, só o primeiro foi publicado, os restantes

foram censurados pelo regime salazarista; nele se refere que o número de barracas em todo o país “passara de 19 mil em 1959 para 50 mil em 1964”.

Todos estes bairros de Setúbal, da Grande Lisboa, de várias cidades e vilas abraçaram desde a primeira hora a Revolução de 25 de Abril. Milhares de famílias beneficiaram dessa onda revolucionária de direitos conquistados a pulso. Cinquenta anos depois, assistimos a uma nova crise da habitação. Com novos contornos, é certo, expulsando as pessoas mais velhas para as periferias, com preços especulativos incompatíveis com os baixos salários e a precariedade. Medidas radicais são urgentes.

Cf.: Jaime Pinho, Fernanda Gonçalves, Leonor Taurino, *FARTAS DE VIVER NA LAMA, 25 de abril, O Castelo Velho e outros bairros SAAL do Distrito de Setúbal*, Edições Colibri, Lx, 2002; Joana Iglésias Amorim, Vanessa Iglésias Amorim, *CAMINHOS COM HISTÓRIA, Memórias dos Bairros dos Pescadores e do Grito do Povo*, Câmara Municipal de Setúbal, 2021; <https://anarchaeologyofutopia.com/pt/map>

NOTA: o Relatório municipal e as fotografias referidas no início deste artigo deram origem ao livro *Outro mundo no mesmo lugar: Setúbal 25 abril 1974: A cidade das barracas*, editado pelo Centro de Estudos Bocageanos em abril de 2024, da autoria de Vanessa Iglésias Amorim, Jaime Pinho, Alberto Lopes e Lia Antunes.



Setúbal – Bairros de barracas nas vésperas do 25 de Abril de 1974. Planta-base de 1975

- | | | | | |
|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------------|--------------------|
| 1. Casal das Figueiras | 6. Pinheirinhos | 10. Bairro Dias | 15. Azinhagas do Maltalhado | 19. Peixe Frito |
| 2. Castelo Velho | 7. Vale de Cerejeiras | 11. Bairro Lopes | 16. João da Avó | Alto da Consolação |
| 3. Cova do Mocho | 8. Alto do Pina | 12. Monarquina | 17. Cova da Canastra | Fonte do Lavra |
| 4. Olhos d'Água | 9. Cova da Onça | 13. Moinho das Areias | 18. Montureiras | Bairro Rendeiros |
| 5. Brancaneas | | 14. Vale D. Inês | | Bairro Ferreira |



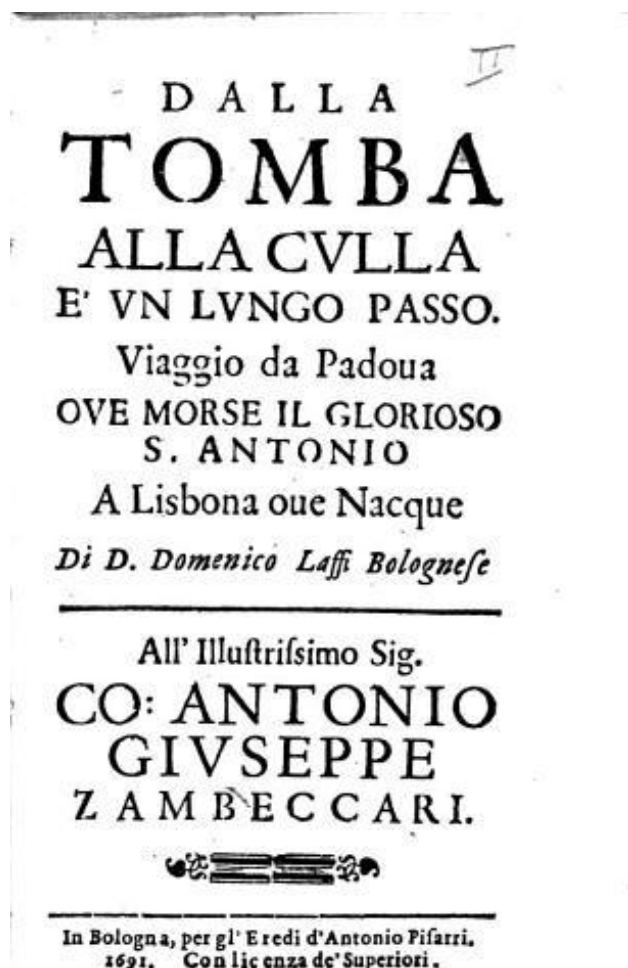
Laffi, o peregrino que passou em Setúbal

Por João Reis Ribeiro

Por meados de Setembro de 1687, no dia 14, dois religiosos italianos, peregrinos e viajantes, passavam em Setúbal — eram eles o padre Domenico Laffi e o frade Giuseppe Liparini, vindos desde Bolonha, de onde tinham partido em 24 de Maio desse ano. Dessa passagem ficou registo no livro de Laffi intitulado *Dalla tomba alla culla è un lungo passo: Viaggio di Padova ove morse il glorioso S. Antonio a Lisbona ove nacque*, que teve primeira publicação em 1691, em Bolonha, e cujo itinerário português foi editado em 1988 pela Università degli Studi di Perugia, em trabalho a cargo de Brunello De Cusatis. Uma década depois, em Portugal, surgia a obra *O Portugal de Seiscentos na 'Viagem de Pádua a Lisboa' de Domenico Laffi*, estudo crítico também assinado por De Cusatis (Editorial Presença, 1998), que inclui o capítulo de Laffi dedicado a Portugal.

Sobre a biografia de Laffi, o autor do relato, pouco se sabe, não se ignorando, contudo, o rol bibliográfico que assinou e teve ampla repercussão (textos teatrais e narrativas de viagem — a Compostela, a Lisboa e à Terra Santa). Nascido em 3 de Agosto de 1636 em Vedegheto di Savigno, foi para Bolonha ainda na infância. Em 1666, quando já era sacerdote, fez a sua primeira peregrinação a Compostela, local que visitou várias vezes — em 1670, aquando da segunda viagem, redigiu a obra *Viaggio in Ponente a San Giacomo di Galitia e Finisterre per Francia e Spagna*, publicada em Itália em 1673, título que teve reedições em 1676 e em 1681 e graças ao qual Laffi é considerado pela Xacopedia “um dos peregrinos mais importantes da história de Santiago por ser autor do relato de peregrinação de maior significado e relevância conhecido até agora”.

A vinda a Portugal acontece pela razão que o título da obra sobre essa viagem indica — peregrinação a partir de Pádua, onde está sepultado Santo António, para chegar ao local do seu nascimento, Lisboa, percurso justificado com a transcrição da frase “dalla tomba alla culla è un lungo passo” (“do túmulo ao berço é um longo passo”), aforismo que resulta de adaptação do último verso de um soneto do pós-renascentista Giambattista Marino, nas suas *Rime* (1602), ao afirmar que “da la cuna a la tomba è un breve passo” (“do berço ao túmulo é um pequeno passo”).



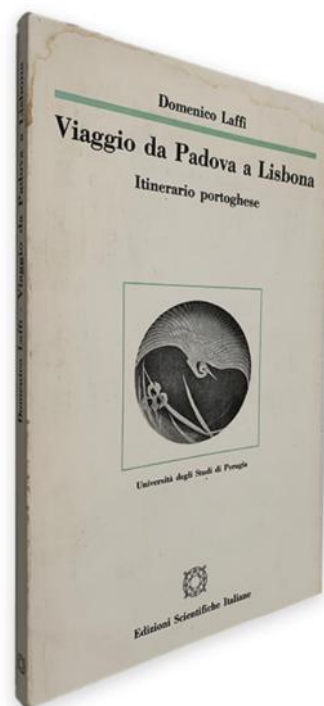


Laffi, o peregrino que passou em Setúbal

A entrada de Laffi em Portugal aconteceu nesse Setembro de 1687, em dia não indicado, na zona de Aldeia Nova de São Bento, num trajecto que passou por Serpa, Cuba, Torrão e Alcácer do Sal, até chegar a Setúbal (no dia 14); a viagem prosseguiu por Palmela e Moita, com paragem em Lisboa dois dias depois; a 19, a partida leva os viajantes por Loures, Torres Vedras, Caldas da Rainha, Alcobaça, Leiria, Coimbra, Porto, Viana do Castelo e Caminha, para posterior entrada na Galiza, rumando a Compostela, onde chegaram a 15 de Outubro. Logo no início da obra, é justificada a narrativa: “Eu, para satisfazer as curiosidades discretas e indiscretas de todos, direi, com mera verdade, ter feito esta viagem, não sei se impellido mais por natural propensão, por talento sujeitado à curiosidade de ver coisas novas, ou por espírito de piedade para o glorioso Santo António de Pádua. Fui àquela cidade para adorar, naquelas sacras cinzas, vivas sementes de eternidade, e recolher copiosa messe de graças.” Quanto à decisão de passar a escrito o visto e vivido, explica: “senti-me na obrigação de fazer um sucinto relato para dar prazer a quem goza deste tipo de leitura, como também para agradar a quem se sintia movido, por devoção, a fazer peregrinação semelhante. Isso fiz com o estilo que me pareceu mais adequado para uma simples narração.” O relato que o leitor tem ao seu alcance está eivado de informações que Laffi recolheu nas leituras sobre o país e fortemente alicerçado naquilo que testemunhou, aspectos que, na edição portuguesa referida, merecem adequadas notas de contextualização por De Cusatis.

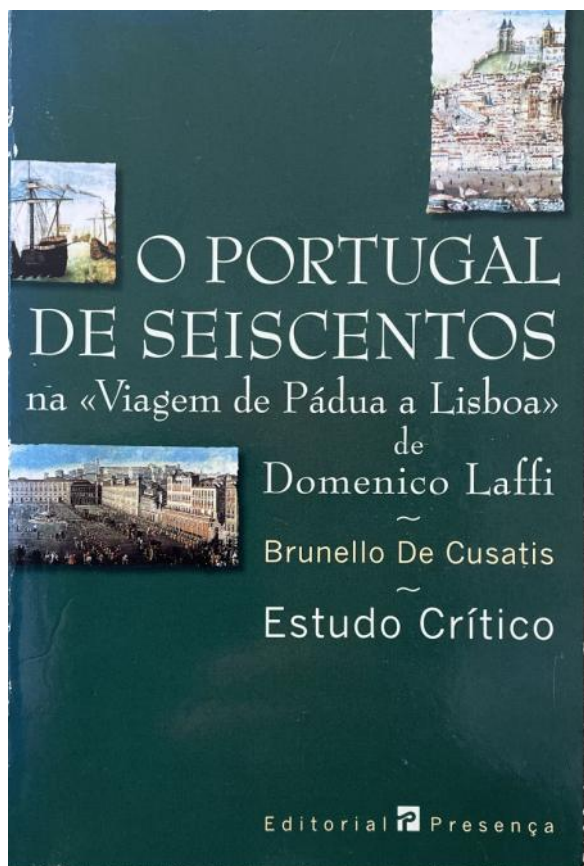
A estadia em Setúbal mereceu a Laffi algumas linhas, que a seguir se reproduzem. No entanto, ao longo do relato, há mais três referências a Setúbal: ao apresentar a história do início de Portugal, repete a explicação do primeiro habitante, Tubal (“o primeiro que habitou este reino foi Tubal, neto de Noé, que deixou o seu nome à cidade de Setúbal”); quanto aos portos, refere que Portugal “possui diversos portos excelentes: o primeiro é o de Setúbal, o outro é o da cidade do Porto, na foz do Douro, mas o mais famoso é o de Lisboa”; ao fazer o balanço sobre a importância das localidades do reino, regista que, “além das cidades episcopais, há terras notáveis, como Vila Viçosa, Almeirim e Salvaterra, Setúbal, cidade de Espanha célebre pelas suas salinas, Avis, Palmela, em que há os conventos magistrais da Ordem de Avis e da Ordem de Santiago.”

Laffi é um viajante culto, observador, crítico, com sensibilidade artística, atento ao mundo, tendo, sobretudo no que respeita à descrição de Lisboa, onde esteve três intensos dias, legado um excelente retrato do que era a cidade antes do terramoto que a destruiria cerca de setenta anos mais tarde.





A Setúbal que Laffi viu



“[Do Torrão] a Alcácer do Sal são 5 léguas, por planícies e colinas, parte cultivadas e parte plantadas a bosque. A esta, uma bela vila banhada por um braço de oceano, chamam Alcácer do Sal porque tem uma fortaleza, erguida num pequeno monte, e salinas. Aí embarcam o sal, as hortaliças e as vitualhas para os transportar a Setúbal, cidade situada à beira do mar Oceano.

À noite embarcámos, e chegámos cerca do meio-dia a Setúbal, atravessando o dito braço de mar que tem 10 léguas de comprimento e 4 milhas de largura. De ambos os lados deste braço de mar há bonitas casas, todas com quintal, e salinas copiosíssimas de modo que fornecem de sal não só Portugal como também quase todo o Norte.

Setúbal, a que chamam também Cetóbriga, fica a 20 milhas de Lisboa e é uma cidade bonita, com o seu porto de mar muito mercantil e capaz de conter qualquer armada e navios de qualquer lotação. Esta cidade, como dizem muitos, foi a primeira a ser edificada por Tubal, neto de Noé, que lhe deixou o seu nome. Está situada em

plano, à beira do oceano. Há, do lado oeste, um forte castelo no alto de um monte [Forte de S. Filipe] e, do lado por onde entra o mar, a uma légua, uma fortaleza [do Outão]. A toda a volta da cidade e do monte há muitas casas e arrabaldes.

Chegámos a esta cidade a 14 de Setembro, e no dia seguinte vimos levar o Santíssimo a um enfermo com muita solenidade e cortejo de gente e uma grande quantidade de tochas, talvez superiores em número às que se contam durante as nossas procissões solenes. Pelas ruas, onde ia passar o Santíssimo Sacramento, todas bem limpas e enfeitadas, tinham posto tapeçarias nas janelas e nas montras das lojas, coisa muito bonita de ver e que transmitia grande devoção. Saíram pela porta principal e, no regresso, entraram pela mesma, embora houvesse outras portas mais cómodas, passando-lhes à frente.

Saídos de Setúbal pela porta oeste, ladeando um grande e comprido aqueduto de duas arcadas sobrepostas, subimos uma légua até chegar a um monte, no alto do qual há um forte castelo, a que chamam de Palmela, com o seu burgo perto, e de onde se vêem Setúbal e Lisboa. Neste castelo, como em Avis, há os conventos magistrais da Ordem de Santiago e da Ordem de Avis. Descidos de Palmela, andámos 2 léguas por uma grande planície toda cheia de pinheiros, até chegar a um sítio chamado Moita, situado na margem do Tejo. Aí embarcámos e, navegando 3 léguas, que tanta é a largura desse rio, chegámos com a ajuda de Deus à tão suspirada cidade de Lisboa a 16 de Setembro do ano 1687.”

Brunello de Cusatis. *O Portugal de Seiscentos na ‘Viagem de Pádua a Lisboa’ de Domenico Laffi - Estudo Crítico*. Lisboa: Presença, 1998, pp. 54-57.



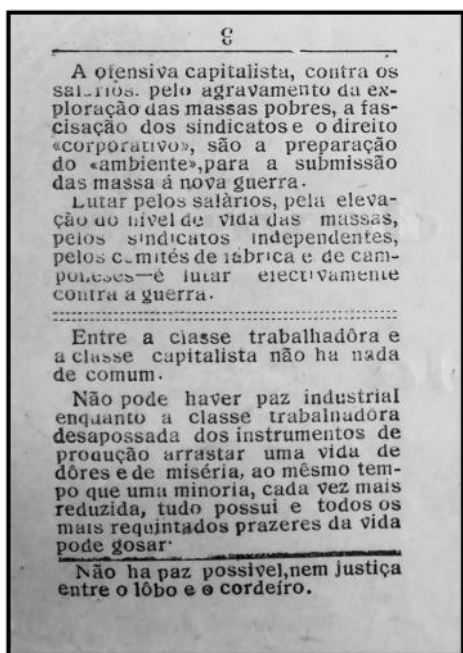
Episódios da resistência clandestina em Setúbal (IX-X)

IX – O jovem sadino que não sabia ler

Por Diogo Ferreira (*)

Em 5 de março de 1935, o guarda n.º 2066 da 2.ª esquadra do Comando Distrital de Lisboa da Polícia de Segurança Pública, António Alves, prendeu um jovem setubalense de 16 anos na Praça dos Restauradores, na capital, “por ali andar na distribuição de uns exemplares subversivos” (1), encaminhando-o para a esquadra junto ao Teatro Nacional.

João Fraga Martins era filho de Rafael Fraga Martins e de Maria Fernanda e nasceu, em Setúbal, em 1919. Prestava serviço como servente de pedreiro e residia numa barraca com as letras ‘A.S.’ no Casal Ventoso de Cima. (2)



Uma das páginas do desdobrável que motivou a prisão política de João Fraga Martins.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

No momento da detenção foram apreendidos 392 exemplares de um mesmo desdobrável. O exterior do documento aparentava tratar-se de publicidade para o

tratamento da tosse, mas o seu interior escondia um longo texto de apelo à ação revolucionária dos trabalhadores e de feroz oposição ao capitalismo. Do mesmo modo, convocava os trabalhadores para lutarem pela amnistia dos presos políticos através de diferentes plataformas, compreendendo-se que o texto era da autoria do Socorro Vermelho Internacional.

No interrogatório a que foi sujeito, em 8 de março seguinte, o jovem setubalense confirmou ter distribuído os papéis anexos aos autos, fazendo-o a troco de dois escudos e cinquenta centavos, fornecidos por um indivíduo que não conhecia. Por não saber ler, nem escrever, desconhecia o conteúdo dos exemplares “tanto assim é, que não teve receio em os entregar a vários guardas da Polícia de Segurança Pública, tendo, por isso, sido preso por um deles” (3). Tendo em conta a inocência e prova destes factos, João Fraga Martins foi solto no mesmo dia, cumprindo apenas 3 dias de detenção. (4) Não se conhecem mais registos sobre outras detenções de cariz político.

Nome e alcunha <i>João Fraga Martins</i>		N.º <i>158</i>
Estado <i>Sadino</i>	Profissão <i>Servente pedreiro</i>	
Naturalidade <i>Setúbal</i>	Data do nascimento <i>1919</i>	
Filiação <i>Rafael Fraga Martins e Maria Fernanda</i>	Residência <i>Casal Ventoso de Cima</i>	
Outras indicações	<i>Solto</i>	
Número do processo de valores ou documentos apreendidos		
BIOGRAFIA PRISIONAL		
<i>Prisão em 5-3-35. Por propaganda subversiva. Restituido à liberdade em 8/3/35.</i>		

Ficha de preso político de João Fraga Martins.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Episódios da resistência clandestina em Setúbal (IX-X)

X – A posse de arma ilícita e um processo em aberto

Em maio de 1939, o gerente de fábrica José Joaquim Cordeiro enfrentou o drama de ter estado num cárcere político do Estado Novo. Natural de Setúbal, filho de Miguel Joaquim Cordeiro e de Maria Joaquina, nasceu em 14 de outubro de 1876 e residia no n.º 25 da Rua das Alcaçarias no Bairro Salgado. Terá sido detido pela PSP de Setúbal e remetido ao Tribunal da Comarca de Setúbal, que enviou o respetivo caso ao Tribunal Militar Especial, em Lisboa. A ordem saída desta última instituição foi para que ficasse preso nos calabouços da 1.ª esquadra da PVDE.

Ex.mª Sr.

Para os devidos efeitos tenho a honra de fazer apresentar a V.ª Ex.ª, o súbdito nacional José Joaquim Cordeiro, de 63 anos de idade, filho de Manuel Joaquim Cordeiro e de Maria Joaquina, solteiro, gerente de fábrica, natural e residente em Setúbal, na rua das Alcaçarias n.º 25, o qual foi hoje presente nesta Directoria, por um oficial de diligências, vindo da Comarca de Setúbal, e que, depois de ter sido presente no Tribunal Militar Especial, recolheu, por ordem do mesmo Tribunal, aos calabouços da primeira Esquadra, onde aguarda o julgamento.

Lisboa, 10 de Maio de 1939

O Agente de Dia:

João Fraga Martins
n.º 57/80

Participação policial em torno da detenção de José Joaquim Cordeiro.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A data de entrada nesta cadeia da polícia política é de 10 de maio de 1939. Dois dias depois, por ordem superior, foi transferido para o Forte de Caxias para aguardar julgamento. Era acusado do “crime de detenção dum a pistola Savage, um carregador e oito balas” (5). O processo do Tribunal Militar Especial não foi encontrado, apesar do esforço de investigação, no Arquivo Histórico-Militar, ficando muitas dúvidas por responder sobre este caso. Após longos meses de espera na prisão, em 13 de dezembro daquele ano, foi absolvido. José Joaquim Cordeiro

permaneceu uma noite na cadeia do Aljube até ser restituído à liberdade no dia seguinte. (6)

Sim

N.º 11293
Altura 1,725
Cor Branco
Nacionalidade Portuguesa

Nome e alcunha José Joaquim Cordeiro

Estado g Profissão Gerente de fábrica 63

Naturalidade Setúbal Data do nascimento 14-10-1876

Filiação Miguel Joaquim Cordeiro e de Maria Joaquina
Residência R. das Alcaçarias 25 Setúbal

Outras indicações João 554/39 a ordem de 7 de 3

Número do processo de valores ou documentos apreendidos 311

BIOGRAFIA PRISIONAL

Entrada na Direcção de Setúbal da cadeia política em 10-5-1939, após prisão na Alcaçarias (c. 3. 18). Transferido para o Forte de Caxias em 12-5-1939 (c. 3. 19). Alguado pelo Forte em 13-12-1939, tendo sido absolvido q.º 1939 do mesmo Tribunal. Transferido para a cadeia do Aljube em 13-11-39 (c. 3. 347). Restituído à liberdade em 13-11-39 (c. 3. 348).

Ficha de preso político de José Joaquim Cordeiro.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Notas de fim

- (1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo-Crime n.º 1355 da Secção Política e Social da PVDE, NT 4312, Cópia da participação policial de 06/03/1935 assinada pelo guarda n.º 2066, António Alves.
- (2) ANTT, PIDE/DGS, Cadastros Políticos, Cadastro n.º 7431 da Secção Política e Social da PVDE de João Fraga Martins.
- (3) ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo-Crime n.º 1355 da Secção Política e Social da PVDE, NT 4312, Auto de Perguntas de 08/03/1935 a João Fraga Martins por agentes da PVDE.
- (4) ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, Livro n.º 3, Preso n.º 568 – João Fraga Martins.
- (5) ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo-Crime n.º 554/39 da Direcção da PVDE, NT 4569, Ofício n.º 58/39 enviado pelo secretário do Tribunal Militar Especial para o Diretor da PVDE.
- (6) ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, Livro n.º 57, Registo n.º 11293 – José Joaquim Cordeiro.

(*) Historiador (HTC/NOVA FCSH e GABPHC/CMS)



Ana Wiesenberger: poesia feita voz

Por João Reis Ribeiro

Se há paixão que Ana Wiesenberger nunca deixou, essa foi a da escrita, particularmente a poesia, gosto que a tem levado a publicar, em livro ou nas redes sociais, e que, na última edição do Prémio Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage, promovida pela LASA, a levou a ser escolhida pelo júri como vencedora do galardão.

Natural de Lisboa, onde nasceu em 1962, Ana Wiesenberger desde cedo chegou a Setúbal. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas - Inglês / Alemão pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tem também uma Pós-Graduação em Estudos Americanos. Leccionou no ensino básico e secundário em escolas da região de Setúbal e, desde há anos, divide o seu estar entre Setúbal e a Alemanha por razões familiares.

É autora de quatro livros de poesia — *Dias incompletos* (2011), *Idades* (2012), *Portugal, Meu Amor* (2014) e *Corredores* (2015) —, estando ainda representada em diversas antologias e participando em algumas páginas com poemas seus na internet. *Abecedário das Emoções*, o livro com que obteve o Prémio Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage, será publicado em 2025.

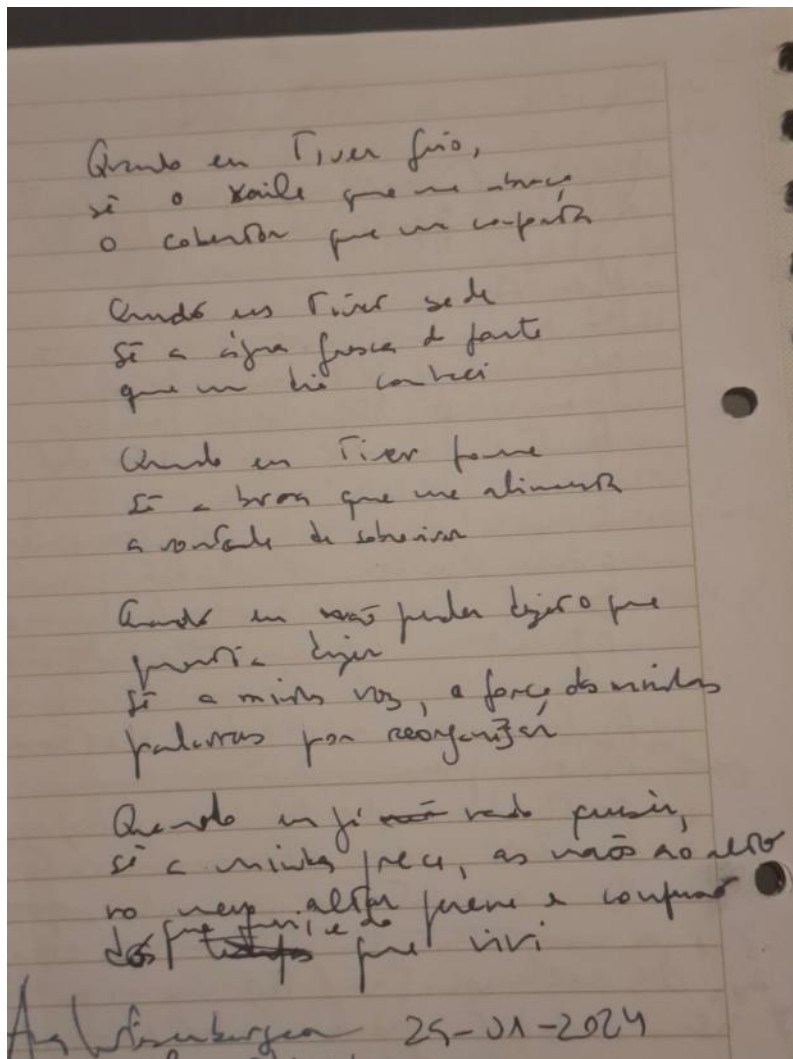
“Quando eu tiver frio” é o poema que Ana Wiesenberger oferece aos leitores de *Revista LASA* nesta edição.





Quando eu tiver frio

Ana Wiesenberger



Quando eu tiver frio
 Sê o xaile que me abraça
 O cobertor que me conforta

Quando eu tiver sede
 Sê a água fresca da fonte
 Que um dia conheci

Quando eu tiver fome
 Sê a broa que me alimenta
 A vontade de sobreviver

Quando eu não puder dizer
 O que queria dizer
 Sê a minha voz,
 A força das minhas palavras mudas

Quando eu já nada quiser
 Sê a minha prece,
 As mãos ao alto
 No altar perene e confuso
 Do que fui, do que vivi



Ser poeta em época de Natal

Por Isabel Melo

Dei por mim a reflectir sobre a minha condição de poeta na quadra de Natal. Sei que sempre me assaltam vários sentimentos e é como viver na contradição de poeta denunciador e de poeta de esperança.

É remeter-se o poeta à verdade nua e crua da realidade dos sem abrigo, é sentir o latejar da agulheta de chuva por sobre a face e sentir o cheiro da humidade no seu próprio corpo. Consegue ver o sofrimento naquele rosto transformado e sentir as palavras embargadas quando lhe falam de Natal. E ouviu ainda o outro dizer que o seu bocado de pão vai ser a sua ceia. E mais um que vem e diz ao poeta que se tinha esquecido que na infância lhe falaram de Jesus e do presépio. E vê o outro esconder-se das festas natalícias e tapar os ouvidos para não ouvir o ruído.

Mas passa o poeta o cruzamento e dá por si enredado nas fitas e bolas da gigante árvore de Natal. Consegue desvencilhar-se dos pensamentos que o atormentam e volta à sua rua. Sua doce paz e alegria que pairam por entre os contagiantes enfeites das casas. Gargalhadas sentidas saem das janelas e entram nos corações. Sente-se a esperança dos meninos de ouro e entre os aromas dos preparativos de Natal, ouve-se o crepitar nas lareiras. Ouvem-se os hinos de louvor ao Menino em palhas deitado e todos se rendem à paz e alegria sentida nos lares.

Agora, apenas reina a harmonia e a esperança que os poetas devem anunciar e espalhar pelos amigos e família. Aqueles tormentos do poeta já passaram e desses apenas resta o poema.

Poeta e o paradoxo do Natal

Quando começam as luzes de Natal
Por vezes, no meio do barulho
Dá-me, por vezes, vontade de chorar
Ao saber de alguém só, no escuro

No meio das prendas e alegrias
Não vimos as dores de Natal
Aqueles que gelam nas noites frias
Aqueles que doem na alma individual

No silêncio da noite, a neve cai,
O poeta contempla, em seu canto, a paz.
Entre luzes e risos, o mundo se distrai,
Mas em seu coração, um paradoxo se faz

A alegria do Natal, tão pura e brilhante,
Contrasta com a melancolia que sente.
O poeta, em versos, busca o instante,
Onde a tristeza e a alegria são presentes

Entre prendas e abraços, ele vê,
A dualidade da vida, tão clara.
O riso das crianças, o brilho da fé,
E ao lado, a frieza que não os ampara

O poeta escreve, com tinta e emoção,
Sobre a quadra e festa paradoxal
A festa que aquece, mas traz solidão,
E a esperança que renasce em cada Natal.

Isabel Melo



Vamos aos figos!

Por *J. Sanchez Antunes*



Como é bom caminhar no campo! Sentir a terra esboroar-se debaixo dos pés, sentir o cheiro natural das flores, dos frutos, das ervas; sentir o sussurro suave das folhagens embaladas pela brisa; ouvir o estalido seco e assustadiço das pinhas abrindo-se com o calor do Sol; escutar o silêncio.

Deixo que meus passos me levem e me enlevem por um caminho que pela primeira vez calco, mas que me transporta para outros caminhos velhos há décadas calcorreados. Sigo por este caminho campestre onde a chuva, continuando o trabalho interrompido das rodas das carroças e dos carros de vacas (como nesta terra em que me encontro lhe chamam, noutras chamam-lhe de bois), esculpiu dois regos paralelos deixando no meio como que uma vereda mais alta, para comodidade dos caminhantes. Por ela me deixo ir num pisar fofo de erva batida. À direita do caminho corre um muro de grossas pedras, umas irregulares, outras, mais ou menos aparelhadas em forma de cubo, talvez aproveitamentos de outros usos. A única argamassa que as une é o seu próprio peso e o saber de quem daquele modo as colocou. Esse cimento ausente assim as consegue manter unidas desde tempos que a memória talvez já não registe. É um muro de pedra seca, assim lhe chamam. Pela direita um pequeno valado baliza o trilho fazendo a separação entre o caminho que passa e a

várzea fértil de pequenas hortas e pomares meio abandonados. Que pena! Em redor das árvores o chão está pejado de frutos. Ninguém os apanha; pudera, já não há bácoros para engordar, foram-se embora e levaram com eles a salgadeira e o fumeiro. Quantas famílias não terão vivido do cultivo destas hortas?

No virar de uma curva, no meio do quase nada, surge uma casa, construída de pedra à vista. É negra e tem dois pisos. Parece inacabada, talvez o dono esteja labutando no estrangeiro para concluí-la. Tem uma vedação à volta, para atestar bem o direito de posse do proprietário daquele pedaço de terra. Dentro dessa vedação passeiam galinhas. No piso de baixo uma porta larga deve dar acesso ao estábulo ou “loja” como também lhe chamam por estas bandas; no de cima uma varanda quase circunda todo o andar. Nela uma velha e uma criança esbagoam espigas de milho. Ao ruído dos nossos passos viram as cabeças na nossa direcção. Bom dia! A velha suspendeu o que estava a fazer, levantou a mão e respondeu: bom dia, vá com Deus! Este simples gesto faz pensar na diferença entre o campo e a cidade; se nela cumprimentares um estranho, na maior parte dos casos receberás como resposta um olhar admirado, quiçá de espanto, aqui seremos correspondidos pela certa.



Vamos aos figos!

E o percurso vai-se fazendo em passadas de prazer. Lá adiante, uma figueira deixa que os seus ramos, com folhagem de verde forte e carregados de figos, galguem o muro e invadam o caminho.

Dos recantos mais escondidos da minha memória, onde dormia há décadas, acorda inesperadamente um grito de criança que me chega aos ouvidos, límpido, vibrante e saudoso: vamos aos figos!

Irresistivelmente fui aos figos. Fui eu e aqueles companheiros de traquinices que a memória juntou à minha volta. Que maravilha, que gozo, que felicidade. Ah! Aqueles figos colhidos ainda pela manhã eram doces, frescos e saborosos e temperados com o sabor da transgressão ficavam ainda melhores. Sim, porque aqueles figos deviam ter dono, embora a figueira estivesse num terreno com aspecto abandonado. Talvez até o dono não quisesse saber dos figos para nada. Não quis acreditar naquela hipótese. Não! Os figos tinham dono que não

gostava que lhos colhessem sem autorização, só assim o prazer era completo. Ir aos figos de ninguém não é ir aos figos.

Regresso ao ponto de partida com a alma lavada de ter caminhado num tempo há muito mais de meio século esquecido. Pelo carreiro venho filosofando: que bom foi este passeio e não custou um cêntimo; realmente o mundo está cheio de coisas tão simples e tão boas e tão raramente damos por elas e muito menos as aproveitamos.

Caminheemos...

Outubro de um ano qualquer em um qualquer lugar.





Reabertura do Museu de Setúbal e requalificação do Convento de Jesus

Em 30 de Novembro, Setúbal assistiu à reabertura do Museu de Setúbal / Convento de Jesus, na sequência das obras de requalificação a que o espaço foi sujeito. Momento festivo em torno de um ex-libris setubalense, o acontecimento não podia deixar a Revista LASA indiferente, sobretudo por se saber que a LASA esteve na origem da criação do Museu de Setúbal e foi uma das promotoras das manifestações de há uns anos em prol da conservação e beneficiação daquele espaço, aqui registamos o discurso do Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, André Martins, bem como o testemunho do nosso associado e ex-presidente da Direcção da LASA, Francisco Borba.





Um dia tão importante para Setúbal e para o país (Discurso do Presidente da Câmara de Setúbal)

Permitam que, em primeiro lugar, agradeça ao senhor Presidente da República por, mesmo com dificuldades de agenda, ter feito questão de gravar uma mensagem sobre este dia tão importante para Setúbal – e eu afirmo mesmo, tão importante para o País.

Afinal, estamos hoje, com esta iniciativa de abertura do Convento de Jesus na sua plenitude, a revelar um património nacional de grande valor e relevo cultural que só se tornou possível graças ao esforço e determinação da Câmara Municipal de Setúbal.

Muito obrigado ao senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

É, pois, com enorme satisfação e elevado sentimento de dever cumprido que hoje celebramos a conclusão da terceira fase das obras de requalificação do Convento de Jesus, com intervenção profunda nas alas norte e nascente, e a reabertura total do Museu de Setúbal.

Aqui e agora devolvemos, finalmente, ao nosso País e na íntegra uma verdadeira joia histórica e arquitetónica que esteve completamente abandonada por demasiados anos em resultado da incúria e da falta de visão de quem deixou este monumento chegar a inaceitável estado de degradação.

Há 22 anos, quando chegámos a esta câmara municipal, encontrámos um panorama desolador aos mais diversos níveis. O Convento de Jesus era, a todos os títulos, o mais marcante exemplo do desleixo a que tinha chegado a administração da cidade e do concelho.

De entre outras, elegemos, então, a requalificação deste monumento como uma das prioridades. Foi um processo longo, que envolveu muitas reuniões, muita insistência pública, muitos projetos, muita pressão junto das entidades do Estado que tinham a responsabilidade de manter a dignidade deste monumento.

Levámos tempo nesta viagem, mas chegámos ao destino. Este é um momento histórico verdadeiramente essencial, que simboliza a recuperação de um marco do nosso património, mas também a reafirmação de Setúbal como destino cultural de excelência.

O trabalho e a dedicação que colocámos na reabilitação deste edifício emblemático, classificado como Monumento

de Interesse Nacional, representa um investimento global próximo dos dez milhões de euros.

Hoje, a conclusão da terceira fase, que contou com um investimento superior a dois milhões de euros, cofinanciado pelo programa POR Lisboa 2020, abre-nos as portas para novo capítulo na história do Museu de Setúbal.

A obra que agora inauguramos vai muito para lá da recuperação física do edifício. Envolve também pormenorizada e qualificada musealização de um espaço que proporciona, a partir de hoje, uma experiência completa e enriquecedora para todos os que visitam o nosso Museu.

Merece particular destaque nesta histórica obra a reinstalação daquele que é um dos nossos mais importantes ex-líbris, o Retábulo, numa das salas mais emblemáticas deste museu.

Senhoras e senhores:

Permitam que insista nesta ideia: o compromisso com a cultura de Setúbal e o nosso incansável trabalho foram cruciais para o sucesso desta requalificação.

Setúbal, cidade e concelho que se afirmam como uma das centralidades económicas e culturais mais importantes do país, vê, finalmente, dignificado aquele que é o seu mais importante monumento.

Importante pela sua qualidade arquitetónica, mas, sobretudo, pelo seu valor histórico e pelo peso simbólico que tem para os setubalenses.

E se tal acontece neste dia 30 de novembro de 2024, apenas se deve ao forte empenho que a Câmara Municipal





Um dia tão importante para Setúbal e para o país (Discurso do Presidente da Câmara de Setúbal)

Empenho que contrariou anos de inércia de anteriores gestões municipais; empenho que contrariou a certeza que alguns tinham de que era impossível ter, de novo, o nosso convento com as necessárias e exigíveis condições próprias de um monumento nacional com a importância que este tem.

Um empenho, insisto, que contrariou a paralisia do Poder Central responsável pelo estado a que o monumento chegou, o mesmo Poder Central que tinha o mais do que obrigatório dever de devolver a dignidade à nossa mais importante memória histórica.

O executivo da CDU na Câmara Municipal de Setúbal, mesmo com os obstáculos que foram colocados no caminho por quem deixou o convento degradar-se, deitou mãos à obra e não desistiu.

Assim como não desistiu de fazer do largo fronteiro que abraça o monumento uma verdadeira sala de visitas da cidade, espaço que está hoje completamente qualificado e já sem o ar de abandono em que o deixaram por tempos que pareceram intermináveis.

Se hoje concluímos a terceira e última fase do processo de requalificação do Convento de Jesus, é importante também lembrar tudo o que já aqui foi realizado nas anteriores fases da obra.

Na primeira intervenção, que terminámos em 2015, foi concretizada a recuperação estrutural de todo o Convento, executou-se integralmente a cobertura e foi recuperada a ala poente, numa obra que incluiu as infraestruturas necessárias para garantir a reabertura ao público.

Foram feitos trabalhos parciais na ala nascente e em duas salas, construiu-se um novo edifício para a área técnica e demoliu-se o edifício onde funcionava o Museu, a Norte do Convento, assim como foi executada parte do projeto dos espaços exteriores, na área envolvente ao edifício conventual.

Enquanto decorriam estas obras, e no contexto dos trabalhos estruturais realizados, surgiu a obrigação de assegurar a caracterização e avaliação da estrutura da Sala do Coro Alto e Deambulatório, pois concluiu-se que esta sala apresentava sinais de degradação muito avançados, existindo risco de colapso.

Avançou-se, então, para a aplicação de um escoramento integral na Sala do Coro Alto.

Na segunda fase da intervenção foi executada toda a envolvente exterior do Convento, assim como o Deambulatório, a cafetaria, duas salas, a Sala da Roda e instalações sanitárias.

Na Igreja de Jesus houve uma intervenção ao nível da iluminação que integrou medidas de eficiência energética e que agora destaca todos os elementos arquitetónicos e decorativos que definem as três naves da Igreja e da Capela Mor.

Na nossa memória coletiva está ainda bem presente um Convento de Jesus que foi hospital até 1959 para, pouco depois, ser transformado em Museu da Cidade.

Depois de Abril, numa cidade sedenta de cultura, ansiosa por aprender o que os novos tempos de revolução e democracia traziam, os claustros do Convento foram o verdadeiro centro cultural de um povo que, afinal, sabia muito bem o que queria.

Foi nestes claustros que, depois de ocupar o Largo de Sapalinho, bem na baixa da cidade, se instalou o Festival de Teatro de Setúbal; foi aqui que decorreram festivais de cinema, espetáculos musicais e uma diversidade de atividades culturais como a cidade nunca tinha visto.

As salas que rodeavam os velhos claustros foram ocupadas por várias instituições culturais que deram ao convento uma vida inédita em muitos séculos de história.

Depois de encerrado em 1992 para impedir maior degradação, é facto que não houve, nos tempos seguintes, a exigível vontade e força para devolver o Convento de Jesus aos setubalenses.

E aqui estamos hoje finalmente no fim de um longo processo de requalificação liderado pelo executivo CDU na Câmara Municipal de Setúbal.





Um dia tão importante para Setúbal e para o país (Discurso do Presidente da Câmara de Setúbal)

Este esforço conjunto, é fundamental que o afirme aqui, só foi possível graças ao trabalho incansável dos trabalhadores de muitos setores da Câmara Municipal, ao trabalho de muitas empresas e instituições que têm sido fundamentais para este projeto.

Estamos perante o resultado de um intenso trabalho coletivo que foi desenvolvido com os contributos de muitos homens e mulheres profundamente empenhados em construir Mais Cidade e Continuar Setúbal.

Agradeço também ao Departamento de Obras da Câmara Municipal, dirigido por Lénia Mouro Guerreiro, e ao Departamento de Cultura, Desporto e Juventude, dirigido por Luís Liberato Batista, pelo apoio contínuo e pela excelência na execução deste projeto.

Michelle Teixeira Santos, Chefe do Serviço de Museus, merece um agradecimento especial. O seu trabalho de musealização do Convento de Jesus foi fundamental para criar um espaço que une história, arte e cultura de forma imersiva. A sua experiência, paixão e dedicação ao património são inestimáveis, e estou grato por todo o seu empenho.

Mónica Duarte, Chefe da Divisão de Cultura e Património, e José Catalão, responsável pelo Gabinete de Promoção de História Local e Património, têm sido peças-chave na valorização e promoção deste espaço. O seu profundo conhecimento da nossa história e a sua dedicação incansável foram essenciais para dar vida a este projeto.

A João Luis Carrilho da Graça, autor do projeto da obra de recuperação e requalificação do Convento quero reconhecer o seu trabalho e dedicação, mas sobretudo salientar a sua competência e visão contemporânea, que enriqueceram este edifício de enorme valor histórico.

O trabalho da ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A. e da Safeplan Consultadoria foi crucial para garantir que a obra fosse realizada com a máxima qualidade e respeito pelo património.

A todos os membros da equipa, especialmente ao Miguel

Costa, Maria João Cândido, Andreia Figueiredo, Maria Francisca Ribeiro e aos demais profissionais de várias áreas, o meu mais sincero agradecimento.

O vosso esforço, dedicação e competência técnica e cultural foram essenciais para que esta obra fosse realizada com o mais alto nível.

A Fernando António Baptista Pereira agradeço toda a inestimável colaboração na conceção da projeção museográfica, trabalho dedicado que foi fundamental para a criação de um ambiente de experiência única para os visitantes.

A todos os engenheiros, projetistas, técnicos e colaboradores envolvidos, como Luis Cordeiro, Rodrigo Castro, Ruben Manuel Correia Sobral, Vítor Vajão, José Galvão Teles, Paulo Ramos, Luis Aguiar, Inês Mendes da Silva, Pedro Ribeiro, e muitos outros, o meu muito obrigado.

Cada um de vós desempenhou um papel essencial para o sucesso deste projeto.

Finalmente, tenho de expressar, uma vez mais, o meu agradecimento a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, cuja dedicação, empenho e esforço incansável tornaram possível a realização desta obra. Cada um de vós contribuiu de forma decisiva para que este momento fosse possível.

Hoje, o Museu de Setúbal reabre as suas portas mais completo, mais acessível e mais preparado para receber todos os que desejam conhecer a história da nossa cidade. Este é um espaço que pertence a todos nós, à comunidade setubalense, e que agora se afirma como um grande centro de elevado valor cultural e patrimonial aberto ao mundo.

Um espaço que contribui para o desígnio de continuarmos a construir Mais Cidade e de Continuarmos Setúbal.

Muito obrigado a todas e a todos.





O Restauro do Convento de Jesus e a reabertura do Museu de Setúbal

Palavras de Louvor

Por *Francisco Borba*



“Aqui está o Museu!”

Foi com estas palavras que o seu fundador terminou o discurso que proferiu na cerimónia de inauguração do Museu de Setúbal, no dia 2 de Fevereiro de 1962.

Foi esta frase que me veio à memória, quando, no passado dia 30 de Novembro, terminou a cerimónia de reabertura do Museu, com a apresentação pública da conclusão da terceira fase de reabilitação e restauro do Convento de Jesus. Tive o privilégio de estar presente, por amável convite do Sr. Presidente da Câmara de Setúbal, Dr. André Martins, e de acompanhar a visita guiada pelo Dr. Fernando António Batista Pereira.

Foi com particular emoção e alegria que deparei com uma magnífica obra de restauro e de recuperação do Convento de Jesus, com uma esplêndida recriação de um espaço

expositivo superlativamente bem concebido e organizado. Está de parabéns a Autarquia, que teve a determinação, engenho e arte de ultrapassar dificuldades e, ao eger uma equipa de primeiríssima qualidade para realizar esta magnífica obra, devolver à cidade e aos setubalenses o seu Monumento de referência e, inquestionavelmente, o seu ex-libris.

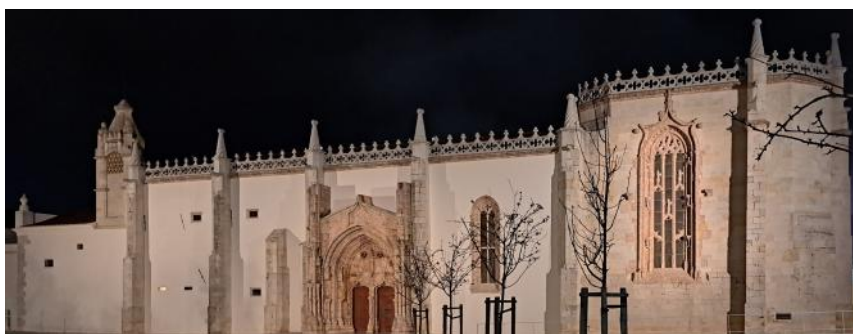
Estamos perante um Museu moderno, lindíssimo, que integra diversas narrativas relativas à história do edifício, à história local e nacional e à própria história global da Arte.

O catálogo agora editado, comemorativo deste evento, é muito elucidativo e um guia precioso para quem o queira visitar. O percurso de visita começa por nos contar a história do edifício e do património integrado, a vivência conventual, a arqueologia de Setúbal e a história da cidade desde a época romana ao alvor da industrialização. Levamos depois pelas artes decorativas, pela pintura e escultura sobre cerâmica, a azulejaria do convento e de outras proveniências. Tolhe-nos o passo um pequeno mas precioso gabinete, com obras de desenho e gravuras do legado de Olga Moraes Sarmento. Uma beleza!

Mas o que mais me impressionou foi a solução expositiva encontrada para acolher o regresso ao Museu dessa obra-prima do Renascimento Português que é o Retábulo da Igreja de Jesus.

Está exposto com a dignidade que merece, numa sala de “pé-direito duplo” e, por isso, pode ser observado de duas perspectivas diferentes, com o apoio, no piso superior, de uma solução interativa, muito elucidativa e didática.

Enfim, está de parabéns Setúbal e estão de parabéns os setubalenses por poderem proporcionar ao país e ao mundo o que de melhor têm do seu valioso património histórico e cultural.





50 anos depois... Outras Primaveras

Por *Luís Raposo*



Regressar a Setúbal, rever amigos e juntar num só pacote a celebração do 25 de Abril de 1974 e a criação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal em 1974/76, constituiu um belíssimo prazer. Para mais, sob iniciativa da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão (e convite da sua presidente, a Joaquina Soares) e passando-se tudo no local que durante décadas foi sede do Círculo Cultural de Setúbal, essa casa-mãe da democracia-antes-da-democracia, de que o Carlos Tavares da Silva é um dos primeiros e mais activos protagonistas.

Primeiro, uma exposição de três artistas com referências a diversas dimensões da libertação abrilista. Sem desprimor das outras, tocou-me especialmente a que é alusiva à incorporação forçada para a Guerra Colonial.

Depois, o visionamento e comentário de um vídeo sobre o MAEDS, uma espécie de memória para o futuro, num momento em que aquele museu enfrenta dúvidas sobre os novos caminhos a seguir, depois da reforma dos seus fundadores e verdadeiros conceptualizadores.

Insistiu-se a justo título no filme na importância da investigação no MAEDS. E este aspecto constituiu o foco do meu comentário. Recordei como na Lei-Quadro dos Museus Portugueses conseguimos que a investigação figurasse como a primeira função museal - algo inédito para a época e que na definição de museu do ICOM, por exemplo, apenas veio a suceder na última revisão, de 2022,

em Praga.

Porém, a lógica é simples e irrecusável, a meu ver: só se transmite (Educação) o que se guarda (Conservação) e só se guarda o que se entenda merecer ser guardado (Investigação).

Um museu de arqueologia, em especial, é um museu de contextos. Ou como se dizia no vídeo, em linguagem mais metafórica e usando um célebre poema de Brecht, "quem fez?". Quem está por detrás dos cacos e pedras que as mãos de





50 anos depois... Outras Primaveras

Mãos. Um símbolo maior da Pré-história das memórias e ritmos, dos meios e técnicas, dos gestos e palavras (a trilogia de Gourhan) e da arqueologia de orientação marxista, criadores do conceito de "mão triunfante".

E aqui, no regresso e entrando já em novo dia, outro poema me veio à cabeça:

As Mãos

Manuel Alegre

Com mãos se faz a paz se faz a guerra.

Com mãos tudo se faz e se desfaz.

Com mãos se faz o poema - e são de terra.

Com mãos se faz a guerra - e são a paz.

Com mãos se rasga o mar. Com mãos se lava.

Não são de pedras estas casas, mas

de mãos. E estão no fruto e na palavra

as mãos que são o canto e são as armas.

E cravam-se no tempo como farpas

as mãos que vês nas coisas transformadas.

Folhas que vão no vento: verdes harpas.

De mãos é cada flor, cada cidade.

Ninguém pode vencer estas espadas:

nas tuas mãos começa a liberdade.

Obs. Ainda sobre mãos, recordei na sessão em Setúbal um episódio engraçado. Em 1975, pediram-me, a Joaquina e o Carlos, que fizesse a selecção de peças paleolíticas a expor e combinámos que no fundo da vitrina seriam representadas as técnicas de talhe. Pedi a amigo meu, escultor, o Álvaro Almeida, que graciosamente fizesse esses desenhos, ao que ele logo acedeu. Mandou-me posar com peças e percutores nas mãos e servi-lhe de modelo. Tudo bem, tudo bonito na vitrina. Eis senão quando, na inauguração, alguém me vem perguntar se no Paleolítico eram todos canhotos. Que não, deveriam até ser ambidestros, pelo menos nas fases mais antigas, antes da destria fixada. Mas então porque são todos canhotos aqui? Ups. Nem tinha tomado consciência, mas sendo eu canhoto o Álvaro, coitado, apenas representou o que viu.





50 anos depois... Outras Primaveras

De 29 de Nov. a 30 de Dez. 2024

Tema: Artistas visuais das áreas da fotografia e cinema/ vídeo e da literatura juntam-se em uma reflexão, no cinquentenário da Revolução de Abril de 1974, a partir de experiências vividas atualmente, na Área Metropolitana de Lisboa.

Coordenação: Joaquina Soares

Fotógrafos: Carlos Almeida, Maria Bourbou, Rosa Nunes

Textos: Aias Christofis, Filomena Cunha, Joaquina Soares, Maria Rosa Penim Redondo, Miguel Silvério Rocha de Almeida.

Cinema: "MAEDS - 50 anos de história", realização de Alberto Rocha Pereira, filmagens de João Completo e de Alberto Rocha Pereira, com argumento e apresentação de Joaquina Soares.

Curadoria & Montagem: Joaquina Soares, Filomena Cunha, Fernando Pinho, Margarida Rodrigues e José Teófilo Duarte.

Organização: LASA- Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

Parceria: ARTISET - Associação de Artistas Plásticos de Setúbal

Apoio: Casa da Cultura /Câmara Municipal de Setúbal.

Ministério da Cultura do Luxemburgo, Kultur | lx.

Alberto Pereira Films e Arrábida Legend

Artistas e projetos

O fotógrafo **Carlos Almeida** apresenta um trabalho realizado nas manifestações do 25 de Abril de 2024, em Lisboa, na Avenida da Liberdade, onde se espelha, no mais novo grupo etário de participantes, a esperança de que os valores democráticos e esse bem maior e único que é a liberdade persistirão no ADN da cidade no próximo cinquentenário.

A artista visual e fotógrafa grega **Maria Bourbou** expõe imagens da sua experiência enquanto voluntária na

associação "Apoio à Vida", no ano em que residiu em Lisboa (2015). A artista considera que esse período de assistência social e voluntariado foi essencial para perceber a importância dos valores democráticos, mas também a sua fragilidade, pressupondo uma atenção constante à defesa dos direitos humanos, ao incentivo de práticas solidárias no acesso não só ao pão, mas também à educação, à cultura e aos princípios da alteridade, conduzindo a uma natural aceitação do multiculturalismo despojado de racismo e de xenofobia.

Rosa Nunes acompanhou o processo de reabilitação e adaptação do Quartel do Onze, em Setúbal, a Escola de Hotelaria, em 2010 e 2011, e na interação com esse espaço onde jaziam latentes as memórias da guerra colonial, retratou as atmosferas de clausura que este edifício comportou para várias gerações, a quem foi roubada a idade da juventude. Ali se operava a preparação para a guerra de África, com seus rituais de humilhação, repressão e descaracterização identitária, bem expressa na encenação da inspeção justamente na sala original de arquitetura seiscentista.

A guerra colonial foi um factor decisivo para o colapso do regime salazarista-marcelista *versus* emergência da democracia. A artista dedica ao tema uma instalação fotográfica, onde se incluem vídeo e impressionantes fotos de guerra portadoras da verdade histórica, para que a memória não esqueça.

"MAEDS - 50 anos de história", filme realizado por **Alberto Rocha Pereira**, com filmagens de **João Completo** e de **Alberto Rocha Pereira**, com argumento e apresentação de **Joaquina Soares**. Documentário sob a forma de uma visita guiada ao Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, o primeiro museu a ser fundado no âmbito do Poder Local (Junta Distrital de Setúbal), após a revolução de Abril de 1974. Visita conduzida pela sua fundadora e diretora até 2023, Joaquina Soares, com sequências paralelas relativas às atividades de investigação e de difusão cultural, dos 50 anos de vida do museu, revelando o trabalho menos visível que suporta a informação produzida,



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG
Ministère de la Culture

Kultur | lx Arts Council
Luxembourg



69 anos ao serviço da comunidade

Por *Maria Helena Mattos*



No passado dia 6 de Dezembro celebrou-se o 69º aniversário da LASA ao serviço da Comunidade, ocorrido alguns dias antes, a 28 de Novembro. Efectivamente, fundada em 1955, a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão traçou e tem cumprido os seus objectivos de promover a defesa e valorização do património natural, artístico e edificado de Setúbal e da sua região, preservando a identidade e o bem-estar da população, no que se inclui, naturalmente, a atenção às questões ambientais.

Nesta comemoração foram evocadas algumas das *bandeiras* que a LASA abraçou logo nos anos 90 do século passado, quando foi reactivada e redireccionada pela mão do Dr. António Maurício Costa, então Presidente da Direcção.

Destas causas, destaca-se, desde logo, a preocupação com algumas indústrias poluentes bem como com o processo incipiente de incineração/coincineração de resíduos. A preocupação e o alerta da LASA e de outros organismos e da sociedade civil, resultou que fosse criada uma Comissão de Acompanhamento, ainda hoje em exercício e de que a LASA continua a fazer parte.

Outra causa, de grande significado, foi a concretização do sonho de criar um Concurso Literário com o nome de Manuel Maria Barbosa du Bocage, visando a divulgação e valorização da obra do nosso Poeta maior. Certame com larga adesão de concorrentes, nomeadamente dos PALOP,

do Brasil e da Diáspora, é actualmente bienal e a obra ganhadora tem vindo a ser publicada no ano posterior a cada edição do Concurso, anúncio do vencedor e entrega do Prémio. É com esta realização que a LASA participa nas cerimónias do Dia da Cidade e do Concelho, a 15 de Setembro, data do nascimento de Bocage, figura marcante da cultura nacional e da tradição e imaginário setubalenses.

Ainda uma outra acção, de longo prazo e de enorme relevância, que teve recentemente o seu feliz desfecho, e em que a LASA teve um papel importante, foi a recuperação da Igreja de Jesus e do edificado anexo e envolvente, o Convento/Museu, construído no tempo do Rei Dom Manuel I, entre 1490 e 1500, no estilo tardogótico *Manuelino* de Mestre Boitaca. Depois de ter falecido a última Freira, quando perdeu a sua actividade religiosa, o edifício a cargo da Misericórdia foi usado como Hospital, durante largo tempo, até 1959. Entretanto, por iniciativa do Provedor, Dr. João Botelho Moniz Borba, também garante do património artístico da instituição e com o apoio de outras individualidades influentes, foi possível criar-se o que viria a ser o Museu da Cidade. Com o passar do tempo, contudo, este foi ficando quase esquecido e em notória degradação tendo sido encerrado ao público em 1980.



69 anos ao serviço da comunidade

Foi a LASA que, no início dos anos 90, alertou o Governo, a Misericórdia, a Autarquia e a Sociedade Civil para a urgente necessidade de travar a degradação dos espaços e do seu acervo e de recuperar todo o conjunto que, além de património de grande beleza artística e arquitectónica, marco da evolução do *Manuelino* e anunciador dos Jerónimos, traz ainda o peso histórico de ter sido local da Ratificação do Tratado de Tordesilhas em 1494.

Através de petições, manifestações, artigos de jornais e mesmo acesas polémicas, a LASA conseguiu o objectivo de despertar consciências e responsabilidades e assim, em boa hora, a Autarquia veio a chamar a si a missão de acudir a este que era já Monumento Nacional desde 1910. Sensivelmente três décadas decorreram desde a chamada de atenção da LASA, mas, com a assunção, pela Autarquia, do processo da magnífica recuperação da Igreja e Convento/Museu, chegámos recentemente ao actual esplendor deste conjunto, restituído à Comunidade no passado dia 30 de Novembro. A LASA orgulha-se de ter tomado parte neste processo, no

cumprimento dos seus objectivos de proteger património e identidade.

Após estas evocações e do jantar festivo, mas antes dos parabéns e do bolo, teve a sessão um interessante momento cultural, em que o setubalense Dr. Joaquim Falcão de Lima apresentou a sua recente obra *O Sonho de Voar*, que celebra a audácia, a coragem e a resistência dos aviadores Brito Pais e Sarmento Beires que, com o seu Mecânico Manuel Gouveia, efectuaram o primeiro voo Lisboa-Macau, uma viagem aérea cheia de riscos e vicissitudes, superados com grande determinação. Foi uma apresentação muito viva e enriquecedora, completada por algumas perguntas e respostas sobre este *Sonho de Voar*...

A rematar o serão, todos pudemos concluir que esta *saga*, tal como todas as causas, às vezes aparentemente utópicas, que vamos assumindo e defendendo, confirmam afinal aquilo que o poeta Sebastião da Gama, tão vivo nos seus cem anos de nascimento, nos continua sempre a lembrar: *Pelo sonho é que vamos*.



Intervenção Arqueológica no Complexo Romano de Salgas e Molhos de Peixe do Creiro-Arrábida

Séculos I-V d. C.

Por Joaquina Soares



Fig. 1 - Creiro. Planta das estruturas postas a descoberto. Seg. Carlos Tavares da Silva e Antónia Coelho-Soares, 2016 (Tavares da Silva, C.; Coelho-Soares, A. 2016 – Creiro-Arrábida: um estabelecimento de produção de preparados de peixe da Época Romana. *RPA*, 19, p. 211-234).

No contexto do projecto plurianual Arq-Arrábida, a LASA promoveu no corrente ano uma campanha de limpeza, conservação e escavação no Creiro, sob a direcção da signatária, em colaboração com Carlos Tavares da Silva, apoio logístico do MAEDS e financiamento do Instituto do Património Cultural e grupo Secil.

Embora o sítio arqueológico tenha sido dotado de painéis explicativos e de sinalização de percurso de visita, realizou-se no sábado, dia 14 de Dezembro, uma produtiva visita guiada com um grupo de colegas da área das ciências históricas, sociais e engenharia ambiental. Duas outras visitas estão agendadas ainda no âmbito da divulgação dos trabalhos de campo de 2024.

O estabelecimento romano do Creiro é por agora a única jazida arqueológica visitável na frente oceânica da Serra da Arrábida, pertencente ao concelho de Setúbal e visitada anualmente por largos milhares de pessoas. A carga humana e sobretudo a acção de javalis obrigaram a uma intervenção de limpeza e manutenção desta jóia do património regional. Por outro lado, deu-se continuidade ao estudo da unidade de produção de salgas e molhos de peixe, com enfoque no sector dos armazéns, tendo-se constatado que os mesmos se mantiveram um funcionamento desde a 2ª metade do século I até ao século V d.C., diacronia registada estratigraficamente em duas distintas fases de ocupação.

Embora a área escavada no Creiro corresponda a cerca de

1/4 da área total do sítio arqueológico, encontra-se a descoberto um estabelecimento fabril completo, murado, cuja porta principal está virada ao oceano e no seu interior possui um grande pátio para onde abrem uma oficina de salgas e molhos de peixe, armazéns e habitação. O sistema de captação de água (poço artesiano), adução (aqueduto subterrâneo) e armazenamento (cisterna) serviria também outras unidades fabris ainda não ou só muito parcialmente identificadas. Um pequeno, mas completo balneário, adossado à oficina de preparados piscícolas, estaria provavelmente, tal como o sistema hidráulico, ao serviço de todo o estabelecimento romano.



Fig. 2 - Creiro. Aspecto de oficina de salgas de peixe. Foto de Rosa Nunes.



Intervenção Arqueológica no Complexo Romano de Salgas e Molhos de Peixe do Creiro-Arrábida

Séculos I-V d. C.



Fig. 3 - Creiro. Balneário, vista do hipocausto. Foto de Rosa Nunes

O estudo e manutenção do sítio continuará a ser assegurado no quadro do projecto Arq-Arrábida, em colaboração com os parceiros referidos, aos quais esperamos se junte a Câmara Municipal de Setúbal. A instalação de vedação é uma prioridade para evitar os estragos provocados por javalis.

O complexo arqueológico encontra-se instalado sobre uma rechã debruçada sobre a enseada do Portinho da Arrábida, beneficiando das boas condições locais de ancoradouro, da riqueza piscícola e disponibilidade de água doce fornecida por aquífero que ali mesmo aflora. Porém, as excelentes condições locativas do sítio não justificariam tão dispendioso investimento, não fora a sua integração no sistema de economia marítima do Baixo Sado, que permitia escoar, para os grandes centros de consumo urbanos do Império, a produção de salgas (*salsamenta*) e molhos de peixe (*garum*) de pequenos núcleos produtores, encaminhando-a por via marítima, primeiro para o porto de *Caetobriga* (actual Setúbal) e deste para Gades (Cádiz), placa giratória do comércio mediterrâneo-atlântico, onde eram preparadas as cargas que seguiam até Roma.



Fig. 4 - Creiro, 14 de Dezembro, 2024. Dia aberto.

Início da visita guiada, junto do painel explicativo. Foto de Fernando Nunes



Fig. 5 - Creiro, 14 de Dezembro, 2024. Dia aberto.

No encerramento da visita, com um grupo particularmente interessado na arqueologia, história e excepcional enquadramento paisagístico do sítio.



Falecimento do Arqueólogo Victor dos Santos Gonçalves



Nascido em Setúbal, no dia 14 de Maio de 1946, o Professor Catedrático Emérito da Universidade de Lisboa e um dos mais proeminentes arqueólogos ibéricos faleceu na madrugada de 3 de Dezembro de 2024. Com ampla mundividência, nunca deixou quebrar os laços afectivos com a cidade onde nasceu, nomeadamente por via da sua ligação ao MAEDS e aos seus fraternos amigos de sempre, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares.

A LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão homenageou-o com a sua medalha de mérito cultural em 15 de Setembro de 2024, quando já se encontrava muito doente, mas lúcido, e com a cabeça cheia de estórias, sempre divertidas e de fina ironia, para partilhar com a alegria de estar com os outros na descoberta, na criação de conhecimento, na vida. Medalha que guardou na sua mesa de cabeceira até ao momento em que a ofereceu, com outro espólio pessoal, ao Museu Nacional de Arqueologia.

Como incansável investigador, baseou-se na realização de dezenas de escavações arqueológicas por si dirigidas, com início precisamente no sopé da Serra de São Luís, no castro pré-histórico da Rotura, em Setúbal. Desde os anos de 1960, a sua actividade como investigador da nossa Pré-História não cessou. O seu labor incidiu especialmente no Sul de

Portugal - Alto Algarve Oriental, Reguengos de Monsaraz, Coruche, Azambuja, mas também na Estremadura. A partir de uma intensa arqueologia de campo, dedicou-se ao estudo das sociedades agro-pastoris neolíticas e arqueometalúrgicas, do VI ao III Milénio A.C., contribuições que divulgou através de mais de 200 publicações científicas, complementadas por conferências, seminários, encontros e congressos (alguns deles promovidos por si, como os célebres colóquios internacionais sobre megalitismo, de Monsaraz), e mesmo exposições museográficas (www.uniarq.net/victor-s-gonccedilalves-cv.html).

A sua actividade como professor universitário iniciou-se em 1970, apenas com 24 anos, como assistente da Universidade de Luanda, onde ensinou, durante dois anos, Pré-História e Antiguidade Oriental. Em 1972, foi convidado pelos professores Jorge Borges de Macedo e Joaquim Veríssimo Serrão para leccionar Pré-História na Faculdade de Letras de Lisboa, iniciando um percurso académico que, passando pela cátedra, terminaria 44 anos depois, em 2016, com a jubilação, e durante o qual fundou uma verdadeira “escola”, que formou alguns dos melhores arqueólogos do Presente.

Foi também como docente da Faculdade de Letras que contribuiu para a institucionalização da Arqueologia em Portugal, tornando-se esta, ao nível do ensino, uma disciplina autónoma, independente da História. Por outro lado, fundou o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), instituição de forte projecção internacional. No seio desta nasceram a revista *Ophiussa* e a série “Estudos e Memórias”.

A actividade científica desenvolvida pelo professor Victor dos Santos Gonçalves foi enriquecida por notável cultura humanística que se traduziu, entre outros aspectos, em uma escrita de grande qualidade, oferecendo a muitos textos de arqueologia de que é autor um cariz de acentuado recorte literário. O seu legado permanecerá na memória oral, nos ambientes que criou e sobretudo na sua notável obra escrita.

Visita Guiada a Antigos Bairros e Barracas

A LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão organizou, no dia 12 de Outubro, uma visita guiada a antigos bairros de barracas que existiram em Setúbal até aos anos 70 do século passado e que após a revolução de Abril de 1974 foram progressivamente substituídos por habitação social, com destaque para o programa de habitação popular integrado no processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), uma experiência de democracia participativa que marcou o processo histórico da revolução, entre 1974 e 1976.

Aqueles bairros de barracas estendiam-se nas periferias nascente e ocidental da cidade, sem água potável canalizada, nem saneamento básico, e neles habitavam famílias insolventes, mão-de-obra barata que começou a afluir a Setúbal a partir dos finais do século XIX, atraída pela nascente indústria de conservas de peixe em azeite e ofícios correlativos. A cidade chegou a ter 2.254 barracas onde moravam cerca de 11.000 pessoas, ou seja, 24,75% da população. A visita foi guiada por Lia Antunes, Jaime Pinho e por Irene e João Conceição, estes últimos, antigos moradores em bairro de barracas. Bairros que persistem na memória vivida de famílias operárias: Bairro Lopes (52 barracas), Cova da Onça (86), Monarquina (248), Moinho Novo das Areias (97), Vale de Cerejeiras (193), Alto do Pina (236) e Maltalhado (208). O Bairro dos Pinheirinhos (46) viria a ser construído após o 25 de Abril de 1974, no âmbito do projeto SAAL.

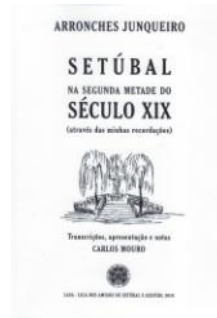
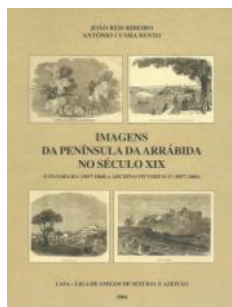
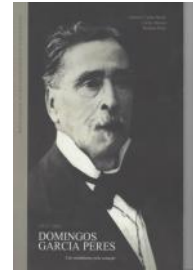


Foto de Fernando Pinho



EDIÇÕES LASA

46





Uma das vertentes em que a LASA tem intervindo é na área da edição, debruçando-se sobre estudos de carácter local.

- “**Setúbal na História**” - Editado em 1990, tem participação de vários estudiosos (José Hermano Saraiva, D. Manuel Martins, Carlos Vieira de Faria, Luís Cabral Adão, Carlos Tavares da Silva, Fernando António Baptista Pereira, António Osório de Castro, Jorge Borges de Macedo, Luís de Sttau Monteiro, Carlos gomes Bessa, José Carvalho Fernandes e Fernando Cristóvão), abordando temas relacionados com a história sadina.
- “**Regra, Estatutos e Definições da Ordem de Sant'Iago**” - Editado em 2009, é a reprodução fac-similada da obra que foi impressa em Setúbal em 1509 por Herman de Kempis.
- “**Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão**” - Editado em 2016, sob a coordenação de Albérico Afonso Costa, António Cunha Bento, Inês Gato de Pinho e Maria João Pereira Coutinho, reúne as comunicações sobre o mesmo tema apresentadas em colóquio realizado em Novembro de 2014, em que intervêm doze autores.
- “**Domingos Garcia Peres (1812-1902), um setubalense pelo coração**” - Editado em 2012, tem como autores três nomes fortemente empenhados na história local de Setúbal (António Cunha Bento, Carlos Mouro e Horácio Pena) e pretendeu assinalar o bicentenário do nascimento deste amigo de Setúbal.
- “**Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão**” - Obra de que saiu o primeiro volume, datado de 2009, recolhe, sob iniciativa de vasta equipa da LASA, marcas do património azulejar religioso da região de Setúbal e de Azeitão.
- “**Vilegiatura Marítima do Séc. XIX ao início do Séc. XX**” - Editado em 2010, tem como autora Inês Gato de Pinho e aborda o espaço de repouso e tratamento nas praias da frente ribeirinha de Setúbal, revisitando uma obra que teve a assinatura de Ventura Terra.
- “**De Colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell**” - Editado em 2013 e assinado por Inês Gato de Pinho, é obra indispensável para o estudo da presença dos Jesuítas em Setúbal e para a história do designado Palácio Fryxell.
- “**A Casa Verde**” - Editado em 2018, contém um poema do setubalense Silva Duarte (1918-2011), cedo emigrado para o Norte da Europa, em honra da casa e da terra onde nasceu e integra uma biobibliografia alusiva ao autor assinada por Fátima Ribeiro de Medeiros.
- “**João Almeida, o último fuzilado, e outras leituras da Grande Guerra**” - Editado em finais de 2018, esta obra, que teve o apoio da LASA mas foi editada pelo Instituto Politécnico de Setúbal, congrega abordagens diversas sobre a memória portuguesa da Grande Guerra e conta a história do último fuzilado português, o soldado João Almeida.
- “**Património arquitectónico civil de Setúbal e Azeitão**” - Editado em 2019, sob a coordenação de António Cunha Bento, Inês Gato de Pinho e Maria João Pereira Coutinho, reúne as comunicações sobre o mesmo tema apresentadas em colóquio realizado em 2018, em que intervêm vinte e cinco autores.
- “**Setúbal na Segunda Metade do Século XIX**” - Editado em 2018, tendo como autor uma grada figura setubalense, Arronches Junqueiro, este livro estava por publicar pelo menos desde 1936. Com um labor de anos, Carlos Mouro procedeu à fixação do texto e à sua anotação, reunindo informações para cerca de 270 notas em que revela histórias e biografias nunca contadas. O livro contém ainda esboços biográficos de Junqueiro feitos por Luís Silveira e por António Joaquim Henriques.
- “**Setúbal e Arredores na Obra Artística do Rei D. Carlos**” - Publicado em 2019, este livro-álbum, preparado meticulosamente por Francisco Borba, mostra a produção do rei-artista em que Setúbal e as suas águas são permanente personagem, numa recolha que João Borba, pai do autor e primeiro director do Museu de Setúbal, iniciou na década de 1960.
- “**O Bairro de Troino - contributos para a sua história**” - Publicado em 2020, este livro é constituído por duas partes: a primeira, da responsabilidade dos historiadores Diogo Ferreira e João Santos, que mergulha no passado deste bairro de Setúbal; a segunda, de Eduardo Silva, contendo uma viagem memorialística às vivências da comunidade 'troineira'.
- “**A profecia ou a Edificação do Convento de Jesus**”, de Henrique Freire - Reprodução facsimilada da obra publicada por Henrique Freire em 1864, romance que segue a estética do Romantismo, relatando um acontecimento histórico para Setúbal - a construção do Convento de Jesus. A LASA pretendeu com esta edição assinalar a reabertura do Museu de Setúbal - Convento de Jesus, ocorrida em finais de 2020.
- “**Álbum Fotográfico - Setúbal 1867**”, de Antero Seabra. Conjunto de 17 fotografias de Setúbal, feitas por 1867, consideradas hoje um "bem de interesse nacional". Uma forma de olhar a Setúbal de há um século e meio.

	Sócios	Não Sócios
Setúbal na História	5 €	5 €
Regras, Estatutos e Definições da Ordem de Sant'Iago	70 €	70 €
Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão	20 €	25
Domingos Garcia Peres (1812-1902), um setubalense pelo coração	8 €	9 €
Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão – vol. I	15 €	15 €
Vilegiatura Marítima do Séc. XIX ao início do Séc. XX	10 €	10 €
De Colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell	20 €	26 €
Casa Verde	5 €	5 €
Imagens da Península da Arrábida...	Esgotado	
Afonso Africano...	Esgotado	
Património Azulejar de Setúbal e Azeitão	Esgotado	
João Almeida, o último fuzilado, e outras leituras da Grande Guerra	10 €	
Património arquitectónico civil de Setúbal e Azeitão	20 €	25 €
Setúbal na Segunda Metade do Século XIX	10 €	12 €
Setúbal e Arredores na Obra Artística do Rei D. Carlos	20 €	25 €
O Bairro de Troino - contributos para a sua história	18 €	
Frei Agostinho da Cruz e a Espiritualidade Arrábida	20 €	20 €
A profecia ou a Edificação do Convento de Jesus	10 €	10 €
Álbum Fotográfico - Setúbal 1867	30 €	35 €



A Direcção da **LASA** deseja a todos os associados,
parceiros e amigos umas **Festas Felizes** e um **Ano de 2025**
cheio de bons projectos e gratificantes realizações pessoais.

